



**Demonstrações Financeiras
Consolidadas Preparadas de Acordo
com as Normas Contábeis
Internacionais - IFRS**

Banco Original S.A

31 de Dezembro de 2018

Relatório dos Auditores Independentes	1
Demonstrações Financeiras	
Balancos Patrimoniais	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional	9
Nota 2 . Base de Preparação	9
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis	11
Nota 4 . Caixa e Equivalentes de Caixa	15
Nota 5 . Ativos Financeiros mantidos para negociação e ao Valor Justo no Resultado (VJR) - Títulos e Valores Mobiliários	16
Nota 6 . Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - Títulos e Valores Mobiliários	18
Nota 7 . Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	19
Nota 8 . Ativos Financeiros Segregados por Estágio de Risco e Provisão para Perdas de Crédito Esperadas	21
Nota 9 . Ativos e Passivos Fiscais Diferidos	22
Nota 10 . Imobilizado de uso	24
Nota 11 . Ativo Intangível	24
Nota 12 . Outros Ativos	24
Nota 13 . Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	24
Nota 14 . Outros Passivos Financeiros	26
Nota 15 . Provisões e Passivos contingentes	26
Nota 16 . Obrigações Fiscais	26
Nota 17 . Outros Passivos	27
Nota 18 . Patrimônio Líquido	27
Nota 19 . Limites Operacionais	27
Nota 20 . Partes Relacionadas	27
Nota 21 . Receitas de Serviços e Comissões	29
Nota 22 . Outras Receitas e Despesas	29
Nota 23 . Despesas Gerais e Administrativas	29
Nota 24 . Despesas Tributárias	29
Nota 25 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	30
Nota 26 . Estrutura de Gerenciamento de Riscos	30
Nota 27 . Resultado por Ação	37
Nota 28 . Cessão de Marca e Domínio	37
Nota 29 . Venda de Ativo	37
Nota 30 . Reconciliação	38
Nota 31 . Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos	38
Relatório do Comitê de Auditoria	39

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Original S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Original S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Original S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Investigação J&F Investimentos S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 30 às demonstrações financeiras consolidadas do Banco, que descreve sobre o Acordo de colaboração premiada de executivos e ex-executivos e de leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A., esta atual acionista indireta do Banco, bem como sobre o processo de investigação conduzido, sob responsabilidade do Comitê de Supervisão Independente e previsto no acordo de leniência, em relação a J&F Investimentos, controladas e coligadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que a entidade possui transações relevantes com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa 20 às demonstrações financeiras consolidadas. Nossa opinião não está sendo ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas de usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeira consolidadas das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativo			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	39.895	53.727
Aplicações no mercado aberto	7.a	-	59.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.a	-	142.252
Aplicações em moedas estrangeiras	7.a	-	62.976
Empréstimos e Recebíveis		-	4.821.268
Empréstimos e Adiantamento a Clientes	7.c	-	4.959.551
Perdas por Redução ao Valor Recuperável	8.d	-	(159.446)
Outros Ativos Financeiros	7.d	-	21.163
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		6.133.752	-
Aplicações no mercado aberto	7.a	1.997	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.a	320.584	-
Aplicações em moedas estrangeiras	7.a	74.305	-
Títulos e Valores Mobiliários	7.b	18.240	-
Empréstimos e Adiantamento a Clientes	7.c	5.936.159	-
Provisão para Perdas de Crédito Esperadas	8.d	(245.766)	-
Outros Ativos Financeiros	7.d	28.233	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	6	-	632.356
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		-	632.356
Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	6	1.025.443	-
Títulos e Valores Mobiliários		1.025.443	-
Ativos financeiros mantidos para negociação	5	-	1.438.109
Ativos financeiros mantidos para negociação		-	1.438.109
Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	5	2.191.966	-
Títulos e Valores Mobiliários		1.783.017	-
Instrumentos de Patrimônio		408.949	-
Derivativos		-	-
Ativos Fiscais		321.930	313.777
Impostos a compensar		53.948	34.965
Impostos diferidos	9.a	267.982	278.812
Outros Ativos	12	457.563	446.367
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	30.b	44.377	-
Imobilizado de uso	10	59.689	69.782
Ativos intangíveis	11	615.289	673.941
Total do Ativo		10.889.904	8.714.554
Passivo			
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado		8.435.062	6.311.949
Recursos de clientes	13.a	5.184.337	3.970.214
Recursos de instituições financeiras	13.b	503.701	485.660
Recursos de emissão de títulos	13.c	2.721.814	1.856.075
Outros Passivos Financeiros	14.a	25.210	-
Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	5.a.1.1.2	236	-
Derivativos		236	-
Provisões e Passivos contingentes	15.a	38.952	40.151
Obrigações Fiscais	16	32.664	12.144
Impostos correntes		32.664	12.144
Outros Passivos	17	297.112	252.009
Total do Passivo		8.804.026	6.616.253
Patrimônio Líquido			
Capital Social	18.a	2.130.001	2.130.001
Outros Resultados Abrangentes	18.b	4.016	614
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(48.139)	(32.313)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		2.085.878	2.098.302
Participação de acionistas não controladores		-	(1)
Total do Patrimônio Líquido		2.085.878	2.098.301
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		10.889.904	8.714.554

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Receita de juros e similares	7.i	871.523	800.198
Despesa de juros e similares	13.d	(516.739)	(548.856)
Resultado líquido de juros		354.784	251.342
Ganho/(Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Instrumentos Financeiros			
Derivativos	6.b	37.075	292.955
Receita de serviços e comissões	21	48.561	36.712
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	8.d	158.505	63.306
Resultado de operações de câmbio	7.d.1	52.860	3.257
Resultado Operacional		651.785	647.572
Provisão para Perdas de Crédito Esperadas com Ativos Financeiros	8.d	(135.431)	(32.983)
Resultado Operacional Líquido de Perdas de Crédito Esperadas com Ativos Financeiros		516.354	614.589
Outras Receitas e Despesas		(440.236)	(651.384)
Despesas de pessoal	23.a	(311.556)	(330.885)
Outras despesas administrativas	23.b	(353.881)	(361.265)
Despesas tributárias	24	(30.224)	(34.825)
Resultado de participação em coligadas e controladas em conjunto	29.b	42.738	-
Outras receitas e despesas	22	212.687	75.591
Resultado antes dos impostos		76.118	(36.795)
Imposto de renda e contribuição social	25	(59.575)	28.906
Lucro/ (Prejuízo) líquido do exercício		16.543	(7.889)
Atribuível aos acionistas:			
Controladores		16.543	(7.888)
Não controladores		-	(1)
Lucro/ (Prejuízo) básico por ação em número médio ponderado de ações atribuível aos acionistas (expresso em R\$ por ação)			
Lucro/ (Prejuízo) por ação ordinária		15.961	(7.610)
Lucro/ (Prejuízo) por ação preferencial		582	(278)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a	01/01 a
Nota	31/12/2018	31/12/2017
Lucro/ Prejuízo Líquido do Exercício	16.543	(7.889)
Varição de valor justo	(6.331)	(6.729)
Efeito dos impostos	2.711	3.200
Ajuste Reclassificação de Títulos	1.270	-
Efeito dos impostos	(543)	-
Varição Cambial de Investimento no Exterior	6.295	589
Outros Resultados Abrangentes	3.402	(2.940)
Resultado Abrangente do Exercício	19.945	(10.829)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total Patrimônio Líquido Acionistas Controladores	Total Patrimônio Líquido Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.130.001	3.554	(24.425)	2.109.130	-	2.109.130
Total de Resultados Abrangentes do Período	-	(2.940)	(7.888)	(10.828)	-	(10.828)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (Prejuízo) Líquido do Exercício controladores	-	(2.940)	-	(2.940)	-	(2.940)
	-	-	(7.888)	(7.888)	(1)	(7.889)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.130.001	614	(32.313)	2.098.302	(1)	2.098.301
Total de Resultados Abrangentes do Período	-	-	(32.369)	(32.369)	-	(32.369)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.130.001	614	(32.313)	2.098.302	(1)	2.098.301
Ajuste da Aplicação Inicial da IFRS 9	-	-	(32.369)	(32.369)	-	(32.369)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-	3.402	-	3.402	-	3.402
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício controladores	-	-	16.543	16.543	-	16.543
Destinações:						-
Participação não controladores	-	-	-	-	1	1
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.130.001	4.016	(48.139)	2.085.878	-	2.085.878

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício		16.543	(7.889)
Ajustes para reconciliar o lucro antes da tributação ao caixa líquido das atividades operacionais		53.689	151.296
Perdas de Crédito Esperadas com Ativos Financeiros	8.d	135.431	32.983
Depreciação e amortização	23.b	112.367	105.498
Tributos diferidos		10.830	(38.655)
Provisão para processos judiciais, administrativos e outros		(2.695)	6.356
Provisão de Participações no Lucro		35.653	42.154
Ganho na venda de investimentos em Coligadas e Controladas		(177.563)	-
Ajuste ao valor justo de participação remanescente	30.b	(44.169)	-
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas em conjunto	29.b	1.431	2.901
Crédito Fiscal		(19.553)	-
Ajuste Reclassificação de Títulos		727	-
Outros Ajustes		1.230	59
Lucro Líquido do exercício ajustado		70.232	143.407
Variações em Ativos e Passivos			
Redução (Aumento) em Aplicações no Mercado Aberto, Depósitos Interfinanceiros e moedas estrangeiras		519.391	639.687
Redução (Aumento) em Aplicações no Mercado Aberto, Depósitos Interfinanceiros e moedas estrangeiras ao custo amortizado		(396.886)	-
Redução (Aumento) em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(1.025.443)	-
Redução (Aumento) em Títulos e Valores mobiliários		(18.240)	-
Redução (Aumento) em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		632.356	-
Redução (Aumento) em Ativos Financeiros mantidos para negociação		1.438.109	-
Redução (Aumento) em Instrumentos de Patrimônio		(408.949)	(1.137.034)
Redução (Aumento) em Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado		(1.783.017)	-
(Aumento) em empréstimos e recebíveis		4.800.105	354.012
(Aumento) em empréstimos e recebíveis ao custo amortizado		(5.690.393)	-
Redução (Aumento) em Outros Ativos Financeiros		21.163	3.842
Redução (Aumento) em Outros Ativos Financeiros ao custo amortizado		(28.233)	-
Redução (Aumento) em Outros Ativos Fiscais		(8.153)	(64.890)
(Aumento) em outros ativos		(11.196)	62.336
Aumento (Redução) em Passivo Financeiro ao Custo Amortizado		2.123.113	155.392
Aumento (Redução) em Passivo Financeiro ao Valor justo por Meio do Resultado		236	-
Redução em outras provisões		(1.199)	(1.160)
Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais		20.520	(18.995)
Aumento em outros passivos		45.103	25.744
Caixa líquido proveniente de atividades operacionais		298.619	162.341
Atividades de Investimento			
Aquisição/ Baixa de Imobilizado de Uso	10	(6.226)	(21.903)
Aquisição/ Baixa de ativos intangíveis	11	(38.229)	(89.373)
Redução de capital em Investimento		-	-
Aquisição de Investimento		-	1.994
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento		(44.455)	(109.282)
Atividades de Financiamento			
Aumento de capital em dinheiro		-	(3.910)
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento		-	(3.910)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		254.164	49.149
No início do exercício	4	983.486	934.337
No encerramento do exercício	4	1.237.650	983.486
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		254.164	49.149

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco Original S.A. (Banco), é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comerciais, de investimento, de crédito imobiliário, de crédito e financiamento, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, nº 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

2. Bases de Preparação

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros, "International Financial Reporting Standards" - IFRS, emitidos pelo "International Accounting Standard Board" - IASB e as interpretações do "International Financial Reporting Interpretation Committee" - IFRIC descritos nesta nota explicativa. Portanto, estas demonstrações financeiras consolidadas estão em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo IASB e as interpretações emitidas pelo IFRIC.

A reconciliação e a descrição dos efeitos da transição das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen (BRGAAP), para o IFRS, relativas ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e o lucro líquido referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, estão demonstradas na Nota Explicativa 30.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Conglomerado Financeiro Original conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios.

As demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco estão apresentadas em milhares de reais exceto quando indicado no qual sua moeda funcional e de apresentação é o Real.

2.1. Adoção de normas e interpretações

O Banco adotou as normas e interpretações, aplicáveis à instituição, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018:

a) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A norma substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e foi adotada de forma prospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2018. Sendo assim, conforme permitido pelas disposições transitórias da IFRS 9, o Banco optou por não reapresentar os valores comparativos de 31 de dezembro de 2017. Todos os ajustes nos valores contábeis dos ativos e passivos financeiros na data da transição foram reconhecidos em lucros acumulados no balanço de abertura. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros, (II) redução ao valor recuperável (impairment) e (III) contabilização de cobertura (hedge accounting). A IFRS 9 exige a classificação dos ativos financeiros em três categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR), mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39.

(i) Transição para o IFRS 9

As mudanças mais significativas identificadas pelo Banco na adoção da IFRS 9 estão relacionadas a classificação e mensuração e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros, que passou a considerar as perdas esperadas para ativos financeiros classificados como custo amortizado e VJORA. O Banco continuará aplicando os requerimentos de hedge contábil previstos na IAS 39 e aplicou, prospectivamente, os demais critérios da IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018.

O quadro abaixo apresenta os efeitos no patrimônio líquido na aplicação inicial do IFRS 9

Patrimônio Líquido antes dos ajustes de IFRS9 - 31/12/2017		2.098.303
Provisão para perdas de crédito esperadas	(32.369)	
Perda por Redução do Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis	(58.853)	
(-) Efeito fiscal dos ajustes	26.484	
Remensurações de ativos financeiros	(129)	
Remensuração de ativos decorrentes de novas categorias	(245)	
(-) Efeito fiscal dos ajustes	116	
Patrimônio Líquido após os ajustes de IFRS9 - 01/01/2018		2.065.805

ii) Classificação dos Ativos Financeiros na Adoção Inicial do IFRS 9

O quadro abaixo apresenta a classificação dos ativos financeiros em 31/12/2017 e a nova classificação, de acordo com o IFRS 9:

Classificação original de acordo com o IAS 39 - 31/12/2017	Saldo em 31/12/2017	Reclassificações	Remensurações	Saldo em IFRS 9 - 01/01/2018	Nova classificação de acordo com o IFRS 9
Aplicações: Mercado aberto, depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras	265.227	265.227	-	265.227	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado
		-	-	-	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)
		-	-	-	Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)
Empréstimos e Recebíveis	4.821.268	4.821.268	-	4.821.268	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado
		-	-	-	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)
		-	-	-	Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	632.356	78.844	(245)	78.599	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado
		517.911	-	517.911	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)
		35.601	-	35.601	Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)
Ativos Financeiros mantidos para Negociação	1.438.109	-	-	-	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado
		-	-	-	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)
		1.438.109	-	1.438.109	Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)

Não houve alteração na classificação de passivos financeiros, que continuaram a ser avaliados ao custo amortizado.

b) IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes

A norma substitui a IAS 18 – Receita e IAS 11– Contratos de Construção bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Requer que o reconhecimento de receita retrate a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa do Banco de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018 e foi aplicada de maneira prospectiva pelo Banco, porém não há impactos para as demonstrações contábeis consolidadas do Banco.

2.2. Bases de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Original S.A., bem como da sua agência no exterior.

a) Controladas

São classificadas como controladas as entidades sobre as quais o Banco está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As controladas são consolidadas pelo método integral desde o momento em que a Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

As empresas consolidadas em 2017 e 2018 :

- Banco Original S.A.
- Original Asset Management Ltda.
- Original Corporate Corretora Ltda. ⁽¹⁾
- Original Promotora Ltda.

(1) Consolidada somente em 2017.

b) Principais Procedimentos de Consolidação

Para fins de consolidação, a entidade controladora adotou práticas contábeis consistentes e uniformes. Vale mencionar os principais procedimentos de eliminação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre o Banco Original S.A., Original Asset Management Ltda, Original Corporate Corretora Ltda e Original Promotora Ltda, exceto os ganhos ou perdas em transações em moeda estrangeira. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas somente na extensão de que não há evidência de perda por redução ao valor recuperável;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

2.3) Estimativas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(i) Mensuração das provisões para perdas de crédito esperadas.

A mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas requer o uso de modelos complexos e pressupostos significativos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. São necessários vários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para a mensuração das perdas de crédito esperadas, tais como:

- Determinação de critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha apropriada de modelos e pressupostos adequados para a mensuração das perdas de crédito esperadas;
- Estabelecimento de bancos de ativos financeiros similares para efeitos de mensuração das perdas de crédito esperadas.

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes de mercado na data de mensuração. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é obtido com base nesse preço.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento.

(iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser realizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em projeções de eventos e tendências de mercado.

(iv) Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

2.4) Pronunciamentos Contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Alteração da Estrutura Conceitual - Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até sua data de entrada em vigor.

IFRS 16 – Arrendamentos: O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e até o momento não identificamos impactos significativos.

IFRS 17 – Contratos de Seguro: O pronunciamento substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro. Apresenta três abordagens para avaliação dos contratos de seguros:

- Modelo Padrão: aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo;
- Premium Allocation Approach (PAA): aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificada que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão;
- Variable Fee Approach: abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
- Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre fluxos de caixa;
- Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Conversão de Moeda

a.1) Moeda Funcional e de Apresentação

O IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente o apreamento de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e a extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

a.2) Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos financeiros expressos em moeda estrangeira são reconvertidos para reais na data de balanço à taxa de câmbio em vigor na respectiva data, e as diferenças cambiais resultantes são reconhecidas no resultado na rubrica "Variações cambiais (líquidas)".

b) Caixa e disponibilidades em bancos

O Banco define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Aplicações no Mercado Aberto e Títulos e Valores Mobiliários, que fazem parte da gestão de caixa, com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudanças de valor, conforme demonstrado na Nota Explicativa 4.

c) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

O Banco apresenta suas Aplicações em Depósitos Interfinanceiros em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente ao custo amortizado. (Vide nota explicativa 7.a).

d) Aplicações no Mercado Aberto/Captações no Mercado Aberto

O Banco dispõe de operações de compra com compromisso de revenda (compromisso de revenda) e de venda com compromisso de recompra (compromisso de recompra) de ativos financeiros.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no Balanço Patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de Juros e Similares e Despesas de Juros e Similares, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

e) Ativos e Passivos Financeiros

A partir de 1 de janeiro de 2018, a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros do Banco são efetuadas de acordo com a IFRS 9 e estão descritas a seguir:

(i) Reconhecimento inicial

Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, com exceção de operação de crédito e de depósitos de clientes, é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes são reconhecidos quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao Banco.

Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais e do modelo de negócios utilizado pelo Banco no gerenciamento de seus instrumentos.

Instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao seu valor justo e, exceto nos casos de ativos ou passivos financeiros registrados ao valor justo através do resultado, os custos atribuíveis à transação são adicionados a, ou subtraídos, desse valor.

(ii) Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Avaliação do modelo de negócio

O Banco classifica seus ativos financeiros com base no modelo de negócios utilizado no gerenciamento desses ativos e nos seus termos contratuais, fazendo com que eles sejam mensurados: (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) ao valor justo através do resultado (VJR).

O Banco classifica e mensura sua carteira de ativos financeiros de negociação e seus derivativos ao VJR. O Banco pode designar instrumentos ao VJR se, ao fazer isso, elimina e reduz significativamente inconsistências de mensuração e reconhecimento.

Os instrumentos derivativos passivos são mensurados ao VJR e os demais passivos financeiros ao custo amortizado. O Banco optou por não designar nenhum passivo financeiro, outros derivativos, a VJ no reconhecimento inicial.

Teste de SPPJ ("Somente Pagamento de Principal e Juros")

Como um segundo passo do processo de classificação, o Banco avalia os termos contratuais dos ativos financeiros para verificar se os mesmos possuem fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros, atendendo ao teste de SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

"Principal", para referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal).

Os elementos mais significativos dos juros num acordo de empréstimo básico são a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Para aplicar o teste de SPPJ, o Banco realiza julgamento e considera fatores relevante, como, por exemplo, a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período pela qual a taxa de juros é definida.

Em contraste, termos contratuais que introduzem uma exposição relevante a riscos de volatilidade nos fluxos de caixa contratuais que não são relacionados a um acordo de empréstimo básico não originam fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros. Nesses casos, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de resultados.

f) Mensurados ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um Modelo de negócios cujo objetivo é de manter ativos com o objetivo de obter Fluxos de Caixa contratuais; e

- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera as perdas de crédito esperadas e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

A receita de juros dos ativos financeiros mensurados a custo amortizado está incluída em 'Receitas com juros', utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

g) Mensurados ao valor justo através do resultado

Esse grupo compreende itens mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial. Além disso, de acordo com a IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo através do resultado.

Um instrumento financeiro é mantido para negociação se for adquirido para ser vendido ou recomprado no curto prazo (modelo de negócios residual) ou fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros administrados em conjunto e para a qual exista a evidência de um padrão de obtenção de lucros no curto prazo.

Um ativo ou passivo financeiro pode ser designado, de modo irrevogável, como mensurado ao valor justo através do resultado, se eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (descasamento contábil).

Os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Quando um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, deve ser incluído um ajuste de crédito na mensuração de seu valor justo, de modo a refletir alterações na qualidade de crédito da contraparte.

Quando um passivo financeiro é designado ao valor justo através do resultado, a variação no valor justo atribuível às mudanças na qualidade de crédito do Banco é apresentada em outros resultados abrangentes.

Instrumentos derivativos são mensurados ao valor justo contra resultado e registrados como ativos financeiros quando seu valor justo é positivo e como passivos financeiros quando seu valor justo é negativo. Derivativos que possuem garantias e que são liquidados diariamente pelo valor líquido através de uma câmara de liquidação (por exemplo, operações de futuro) são registrados pelo valor pendente de liquidação de um dia para o outro, no grupo de outros ativos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2018, o Banco possuía ativos financeiros designados de forma irrevogável como mensurado ao valor justo por meio de resultado.

h) Mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O Banco pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida pelo Banco em uma combinação de negócios.

Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2018, a administração do Banco não optou por designar os instrumentos patrimoniais ao VJORA.

i) Mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo das características de fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e

- São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado das perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

(iii) Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1: Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições

Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata.

Nível 3: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Em 31 de dezembro de 2018 o Banco não possui instrumentos mensurados no nível 3.

(iv) Reclassificação de ativos e passivos financeiros

O Banco não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes. Passivos financeiros nunca são reclassificados.

O Banco não reclassificou seus ativos e passivos financeiros nos exercícios apresentados.

(v) Desreconhecimento de ativos financeiros

- Desreconhecimento devido a modificações substanciais em termos e condições contratuais

O Banco desreconhece um ativo financeiro, como, por exemplo, uma operação de crédito concedido a cliente, quando os termos e condições da operação forem renegociados em uma extensão que, substancialmente, torne uma nova operação, sendo a diferença reconhecida como no resultado do exercício como ganhos ou perdas de desreconhecimento.

A nova operação reconhecida é classificada no Estágio 1 para fins de mensuração de suas perdas esperadas, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito.

Se a renegociação não resulta em fluxos de caixa substancialmente diferentes, a modificação não ocasiona em um desreconhecimento da operação. Considerando a alteração nos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva original da operação, o Banco reconhece um ganho ou perda de modificação.

- Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, ou (ii) o Banco não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido. O desreconhecimento é feito pelo Banco quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias.

- Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo original e o montante pago é reconhecida no resultado.

j) Práticas contábeis adotadas até 31 de dezembro de 2017 - Identificação e Mensuração de Redução ao Valor Recuperável

Em cada data de balanço, o Banco avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados ao valor justo por meio do resultado apresentam redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros são considerados com redução ao valor recuperável quando evidências objetivas demonstram que uma perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que esta perda representa um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo que podem ser estimados de modo confiável. A análise sobre o que constitui a perda por redução ao valor recuperável é uma questão de julgamento criterioso.

O Banco considera evidências de redução ao valor recuperável tanto para ativos individualmente significativos como no nível coletivo (massificado). Todos os ativos financeiros individualmente significativos são avaliados para se detectar perdas específicas. Os ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente para se detectar redução ao valor recuperável agrupando-se ativos financeiros (contabilizados ao custo amortizado) com características de risco similares. As evidências objetivas de que os ativos financeiros (incluindo instrumentos de patrimônio) possuem redução ao valor recuperável incluem: quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros (operações em Recuperação Judicial, Confissão de Dívida e atrasos com mais de 90 dias), dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador, análise com base nas negociações efetuadas pelo Banco, desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras, dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo e condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Na avaliação da redução ao valor recuperável coletivo, o Banco utiliza estudos históricos da probabilidade de inadimplência e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da administração, quando as condições atuais de economia indicam que perdas reais tenham probabilidade de serem superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela modelagem histórica.

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos contabilizados pelo custo amortizado são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contabilizado dos ativos financeiros e o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontadas pelas taxas de juros efetivas originais dos ativos. As perdas são reconhecidas no resultado na rubrica "Perda por Redução ao Valor Recuperável". Os juros de ativos com redução ao valor recuperável são revertidos contra o resultado do período, por não haver expectativa de recuperação.

Para as operações identificadas com evidência objetiva de redução ao valor recuperável são avaliadas as expectativas de recuperações de crédito, considerando aspectos como: o risco total do cliente, capacidade de pagamento do devedor, prazo de recebimento, probabilidade de recuperação e outros aspectos significativos para avaliar a capacidade de recuperação do crédito em situação de redução ao valor recuperável. Bem como as garantias recebidas consideradas fator mitigante da perda no valor recuperável.

Em adição, para investimentos em instrumentos de patrimônio, uma perda significativa ou prolongada no seu valor justo abaixo do custo inicial representa uma evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

As perdas por redução ao valor recuperável com Instrumentos de Dívida disponíveis para venda são reconhecidas transferindo-se a diferença entre o custo de aquisição amortizado e o valor justo atual, do patrimônio líquido para o resultado do período.

Quando um evento subsequente reduz o valor da perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida em Instrumentos de Dívida disponíveis para venda, esta é revertida contra o resultado do período. Entretanto, quaisquer recuperações subsequentes no valor justo de um instrumento de patrimônio disponível para venda anteriormente ajustado por uma perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. As mudanças nas provisões para redução ao valor recuperável atribuíveis ao valor do tempo são refletidas como componente da receita de juros.

(i.1) Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas

O Banco registra provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para os limites de créditos concedidos e não utilizados, que nesta seção serão todos considerados como "instrumentos financeiros". Instrumentos de patrimônio não estão sujeitos a redução ao valor recuperável de acordo com a IFRS 9 (a partir de 1 de janeiro de 2018).

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses). A política do Banco para determinar se houve aumento significativo no risco de crédito encontra-se descrita na nota 26.b.1.1.

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros.

O Banco estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas Demonstrações Financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. Tal conceito é explicado mais detalhadamente na nota 26.

Baseado no processo acima, o Banco distribui seus instrumentos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Banco reconhece uma provisão baseada em PE de 12 meses. No Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Estágio 2: quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Banco registra uma provisão para PE Vida. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Estágio 3: instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação. O Banco registra uma provisão para PE Vida.

(ii) Cálculo das perdas esperadas

O Banco calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperada, descontada a valor presente. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- Probabilidade de inadimplência (Probability of default - PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.

- Exposição no momento da inadimplência (Exposure at default- EAD): é uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data base das demonstrações financeiras, incluindo pagamentos de principal e juros, utilização de limites e juros calculados sobre pagamentos não realizados.

- Perda dada a inadimplência (Loss given default – LGD): é uma estimativa de perda originada no caso da inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Os conceitos de PD, EAD e LGD, estão explicados mais detalhadamente na nota 30.

O período máximo para o qual as perdas de crédito são determinadas é o prazo contratual do instrumento financeiro, a não ser que o Banco tenha o direito legal de liquidar antecipadamente.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

Estágio 1: O Banco calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a provisão de EAD e multiplicada pela LGD esperada descontada a valor presente.

Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Banco reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs e LGDs são estimadas ao longo da vida do instrumento. A expectativa de insuficiência de caixa é descontada a valor presente.

Estágio 3: para operações consideradas com problemas de recuperação, o Banco reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar a utilizada para as operações do Estágio 2, no entanto a PD é determinada em 100%.

Limites de crédito: Para fins de cálculo das perdas esperadas dos limites de crédito o Banco considera informações históricas de utilização dos limites de crédito, a fim de definir o valor da exposição ao risco de crédito (EAD) esse tipo de operação. Dentre os produtos do Banco inclui a concessão de limites de crédito através de operações de cartão de crédito, conta corrente e conta garantida, onde o Banco possui o direito de cancelar e/ou reduzir os limites mediante aviso. O Banco não limita sua exposição a perdas de crédito ao período contratual de aviso do corte do limite, mas, ao invés disso, calcula a PE pelo período que reflete a expectativa do Banco em relação ao comportamento do cliente e sua probabilidade de inadimplência.

Garantias financeiras prestadas (avais e fianças): A insuficiência de caixa das garantias prestadas é a diferença entre (i) os desembolsos esperados para reembolsar o beneficiário da garantia, com o propósito de cobrir a sua perda de crédito incorrida (valor garantido) e (ii) qualquer valor que a entidade espera recuperar junto ao solicitante da garantia financeira, que normalmente é um de seus clientes (valor passível de recuperação)

A taxa de juros efetiva utilizado para descontar a PE é baseada na taxa de juros efetiva média que se espera cobrar ao longo do período estimado de exposição aos limites. Essa estimativa leva em consideração que uma parte dos limites utilizados serão pagos na sua totalidade a cada mês e, conseqüentemente, não terão juros cobrados.

(iii) Instrumentos de dívida mensurados ao VJORA

A PE de instrumentos de dívida mensurados ao VJORA não reduz o valor contábil desses ativos financeiros no balanço patrimonial, que permanecem ao valor justo. Ao invés disso, um valor igual ao da provisão que seria originada caso os ativos fossem mensurados ao custo amortizado é reconhecido em outros resultados abrangentes tendo como contrapartida o resultado. A perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é transferida para o resultado no momento do desreconhecimento dos ativos.

(iv) Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o Banco utiliza uma série de informações macro econômicas prospectivas, como:

- PIB;

- INPC;

- Taxa de juros básica;

O Banco realizou análises históricas e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O Banco considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

v) Práticas contábeis adotadas até 31 de dezembro de 2017 - Perda por Redução ao Valor Recuperável

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda de seu valor recuperável e o valor contábil é reduzido por meio da constituição de perdas por redução de seu valor recuperável, a receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido, utilizando-se a taxa efetiva de juros para descontar os fluxos de caixa futuros a fim de mensurar a perda por redução do valor recuperável.

O Banco realiza a análise dos ativos financeiros, a carteira de empréstimos e adiantamentos, contabilizados ao custo amortizado, periodicamente. Para tanto, o Banco faz uso de julgamentos para verificar a existência de indicadores da impossibilidade de recuperação ("impairment") destes ativos. Estes indicadores correspondem a dados observáveis sobre impactos adversos na capacidade de pagamentos de devedores. Quando verificada a necessidade de reconhecimento do "impairment", para perdas incorridas, estes valores são reconhecidos e as provisões para perdas por redução do valor recuperável constituídas nas demonstrações financeiras.

Para a constituição desta provisão, decorrente de "impairment", de ativo financeiro ou empréstimo, o Banco adota processo estruturado de monitoramento contínuo de indicadores, tendo por base critérios objetivos e observáveis.

Para a apuração desta provisão é realizado cálculo das estimativas das perdas incorridas com base na diferença do valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa estimados. Para isto, o Banco segrega sua carteira de ativos financeiros, contabilizados ao custo amortizado, em duas classes:

- Análise Individual, para contratos e valores individualmente significativos (operações superior a R\$ 3 milhões e classificação mínima / rating "C");
- Análise coletiva, para contratos e valores não significativos individualmente.

Na análise individual, para as operações individualmente significativas, o Banco mantém um acompanhamento periódico e faz uma análise individual de cada contrato de empréstimo ou financiamento, utilizando modelagem baseada na monitoração dos critérios elegíveis e de sinais de alerta.

Na análise coletiva, para as operações não significativas individualmente, o Banco faz julgamentos baseados nas perdas históricas para ativos com características similares ou homogêneas, quanto à evidência objetiva de "impairment", utilizando-se de modelos de cálculo e de abordagens estatísticas que permitem derivar as provisões para as perdas incorridas. Os modelos e as premissas utilizadas para os cálculos de "impairment" são revisadas periodicamente.

(v.1) Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (low default portfolio - LDP)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o Banco utiliza suas classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O Banco pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o Banco considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, a IFRS 9 determina que não é necessário avaliar se houve ou não aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo que essas operações serão inicialmente alocadas no Estágio 1 (PE para 12 meses) e se, porventura, vierem a apresentar inadimplência, serão migradas automaticamente para o estágio 3, onde as perdas esperadas serão reconhecidas pela vida do contrato (PE Vida).

k) Outros Ativos e Passivos Financeiros

Estes são basicamente compostos de câmbio, rendas a receber, negociação e intermediação de valores e depósitos em garantia. Os valores contábeis desses ativos/passivos são mensurados ao valor justo, uma vez que representam valores a serem recebidos / pagos no curto prazo. Todos esses itens representam ativos/passivos sem riscos significativos de mercado, de crédito e de liquidez.

l) Imobilizado de Uso

De acordo com o IAS 16, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Nota Explicativa 10.

O Ativo Imobilizado inclui o valor de sistemas de processamento de dados, instalações, móveis e equipamentos, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável.

m) Ativos Intangíveis e Ágio

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização, acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e que ocorrerá provavelmente a geração de benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva e são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer descontos ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis são compostos substancialmente por "softwares" adquiridos junto a fornecedores externos e por gastos de desenvolvimento do Projeto Digital. Esses gastos serão amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassará dez anos.

Com base nas informações apresentadas no IAS 38 e suportado pelas projeções de fluxo de caixa preparados, baseando-se assim na provável geração de benefícios econômicos futuros, o Banco entende que todos estes gastos ligados ao Projeto Digital, terão sua vida útil definida, em 10 anos.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O reconhecimento das provisões para o Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo acumulado, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário.

A despesa de impostos sobre a renda é reconhecida no resultado, exceto quando advinda de uma transação reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes; nesse caso, o efeito fiscal é reconhecido no próprio resultado abrangente. É calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota cabível ao lucro real do período e das variações dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos no resultado.

Os ativos e passivos diferidos incluem as diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou receber sobre as diferenças entre o valor contábil e sua respectiva base fiscal. Os ativos diferidos sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

o) Outros Ativos e Passivos

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos), e provisão para perda, quando julgada necessária.

p) Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais ou menos a amortização acumulada, calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável "impairment".

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Recursos de Clientes Nota Explicativa 13.a;
- Recursos de instituições financeiras Nota Explicativa 13.b;
- Recursos de emissão de títulos Nota Explicativa 13.c

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

q) Outras Provisões

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. Não existem ativos contingentes para 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Passivos contingentes são avaliados e divulgados de acordo com o IAS 37, e são obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os passivos contingentes do Banco decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios do Banco movidos por terceiros, ex-funcionários em ações cíveis e trabalhistas.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, leva em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possam ser estimados com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- **Prováveis:** Para os processos cíveis elencados na categoria Cível Massa (consignado-Banco Original), as provisões são feitas por histórico de condenações de processos nos últimos 12 meses. As categorias massa especial (ações cíveis oriundas do Banco Digital), especial (ações cíveis valoradas acima de R\$200mil) são feitas de acordo com a opinião legal dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável. A provisão para os processos trabalhistas (ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros) são feitas de acordo com a opinião legal dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável. O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.
- **Possíveis:** São processos de naturezas trabalhista, cível e fiscal classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

r) Capital Social

O Capital Social do Banco é constituído por ações ordinárias e preferenciais e classificadas no Patrimônio Líquido, conforme descrito na Nota Explicativa 18.

s) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

Nos exercícios de 2018 e 2017 não foi deliberado dividendos na forma de JCP.

t) Lucro/(Prejuízo) por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício, de acordo com o IAS 33 Lucro por Ação. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O Banco informa que não existem fatores diluente de ações, desta forma o lucro por ação e lucro diluído por ação são os mesmos.

u) Reconhecimento de Receitas e Despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são os resumidos a seguir:

u.1) Receitas e Despesas com Juros e Similares

Receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

u.2) Comissões e Itens Similares

As taxas e comissões recebidas são reconhecidas durante o período de prestação de serviços (regime de competência).

Taxas e comissões pagas decorrentes de operações com terceiros, tais como corretagens, são reconhecidas quando o serviço ou operação for realizado.

u.3) Outras Receitas e Despesas

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros ou custos serão realizados/incorridos pelo Banco, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

v) Garantias Financeiras

O Banco emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal dos seus negócios bancários.

De acordo com os requerimentos do IFRS 15, são registrados inicialmente ao valor justo ativos ou passivos de contrato de garantias financeiras, o quais representam geralmente o valor da comissão recebida ou a receber. Subsequentemente, os ativos e passivos de garantias financeiras são mensurados ao maior valor entre o valor justo inicialmente reconhecido (menos a apropriação do valor da comissão no resultado) e a melhor estimativa de gasto exigido para liquidar as obrigações.

x) Partes Relacionadas

O Banco possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. As cessões de crédito ocorridas com partes relacionadas foram efetuadas a valor contábil. Essas transações estão demonstradas na Nota Explicativa 20.

z) Benefícios a Empregados

Os benefícios que o Banco dispõe aos seus funcionários são avaliados conforme as regras dispostas na IAS 19 - Benefícios a Funcionários, assim, os mesmos estão relatados conforme abaixo:

z.1) Benefícios Pós-Emprego

A despesa pós-emprego que o Banco disponibiliza aos seus funcionários refere-se, a extensão do plano de saúde, após o desligamento, por um período de 6 (seis) meses.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Composição

Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros
Ativos Financeiros
Total

	31/12/2018	31/12/2017
	39.895	53.727
	171.764	110.096
	1.025.991	819.663
Total	1.237.650	983.486

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

5. Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) e mantidos para negociação - Títulos e Valores Mobiliários

A metodologia para determinação do valor justo está descrita na Nota 3.e.

a.1) Classificação por Título, Vencimento, Valor Justo e Curva

a.1.1) Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) e mantidos para negociação - Títulos e Valores Mobiliários

A metodologia para determinação do valor justo está descrita na Nota 3.e.

a.1.1.1) Títulos Privados e Públicos

							31/12/2018
	Nível	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor Contábil/ Valor Justo	Valor de Curva
Carteira Própria							
Títulos Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	-	-	-	163.895	163.895	163.688
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	-	1.025.991	47.682	317.909	1.391.582	1.383.847
Títulos Privados							
Ações de Companhias Abertas	1	389.595	-	-	-	389.595	231.911
Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia ⁽²⁾	1	115.901	-	-	-	115.901	115.901
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽¹⁾	1	-	-	-	2.711	2.711	3.981
Total Carteira Própria		505.496	1.025.991	47.682	484.515	2.063.684	1.899.328
Vinculados a compromissos de recompra							
Títulos Públicos							
Letra Financeira do Tesouro - LFT	1	-	-	-	104.405	104.405	104.476
Total Vinculados a compromisso de recompra		-	-	-	104.405	104.405	104.476
Vinculados à prestação de garantias							
Títulos Públicos							
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	-	-	-	4.523	4.523	4.406
Outros							
Cotas Fundo FILCB - MARGEM B3	1	19.354	-	-	-	19.354	18.000
Total Vinculados a prestação de garantias		19.354	-	-	4.523	23.877	22.406
Total Títulos ao valor justo por meio do resultado		524.850	1.025.991	47.682	593.443	2.191.966	2.026.210

(1) A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados subordinados da primeira emissão da Gaia Securitizadora S.A., 1ª série e 2ª série. Esses papéis são remunerados à taxa de 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038.

(2) No primeiro semestre de 2018 foi feita cessão de carteira de crédito com transferência substancial de riscos e benefícios, para empresa J&F investimentos, no montante de R\$ 166.000 (Nota Explicativa nº 7.h). O montante de R\$ 116.000 foi recebido em cotas do Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia sendo estas cotas da empresa Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A. (vide Nota Explicativa nº 7.h).

							31/12/2017
	Nível	Sem Vencimento	Até 3 meses	Acima de 12 meses	Valor Contábil/ Valor Justo	Valor de Curva	
Carteira Própria							
Títulos Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	-	-	31.114	31.114	31.039	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	-	714.810	68.794	783.604	782.100	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	-	104.853	-	104.853	104.866	
Títulos Privados							
Ações de Companhia Abertas	1	329.761	-	-	329.761	231.911	
Total Carteira Própria		329.761	819.663	99.908	1.249.332	1.149.916	
Vinculados a compromissos de recompra							
Títulos Públicos							
Letra Financeira do Tesouro - LFT	1	-	-	80.270	80.270	80.078	
Total Vinculados a compromisso de recompra		-	-	80.270	80.270	80.078	
Vinculados à prestação de garantias							
Títulos Públicos							
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	-	-	106.513	106.513	103.830	
Total Vinculados a prestação de garantias		-	-	106.513	106.513	103.830	
Total Títulos mantidos para negociação		329.761	819.663	286.691	1.436.115	1.333.824	

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.1.1.2) Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) - Instrumentos Financeiros Derivativos

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais notional estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
NDF						
Posição Ativa	20.871	20.279	865.351	4.157	3.908	827.544
Pré-Fixado	4.046	4.463	248.273	495	929	460.818
Dólar	16.825	15.816	617.078	3.662	2.979	365.064
Real	-	-	-	-	-	1.662
Passivo	(14.146)	(13.855)	(865.351)	(6.030)	(7.875)	(827.544)
Prefixado	(8.041)	(7.938)	(248.273)	(2.273)	(4.350)	(365.064)
Dólar	(6.105)	(5.917)	(617.078)	(3.594)	(3.389)	(457.962)
Real	-	-	-	(66)	(64)	(1.662)
Euro	-	-	-	(97)	(72)	(2.856)
Diferencial Líquido	6.725	6.424	-	(1.873)	(3.967)	-
Swap						
Posição Ativa	2.806	7.315	464.185	4.319	6.214	216.497
Prefixado	16	145	135.808	4.041	4.883	143.810
Dólar	349	635	51.850	35	275	18.533
CDI	2.441	6.535	276.527	22	810	52.808
SELIC	-	-	-	221	246	1.346
Passivo	(14.731)	(14.046)	(464.185)	(338)	(253)	(216.497)
Prefixado	(396)	(125)	(140.789)	(3)	(15)	(42.808)
Dólar	(14.325)	(13.915)	(309.575)	(335)	(238)	(152.348)
CDI	-	-	(12.500)	-	-	(19.995)
Euro	(10)	(6)	(1.321)	-	-	-
SELIC	-	-	-	-	-	(1.346)
Diferencial Líquido	(11.925)	(6.731)	-	3.981	5.961	-
Opções -Futuro						
Posição Ativa	-	547	179.473	-	-	-
Compra de Opção de Compra	-	547	179.473	-	-	-
Posição Passiva	-	(474)	(179.473)	-	-	-
Venda de Opção de Venda	-	(474)	(179.473)	-	-	-
Diferencial Líquido	-	73	-	-	-	-
Opções - COE						
Posição Ativa	-	-	489	-	-	-
Dólar	-	-	489	-	-	-
Posição Passiva	-	(2)	(489)	-	-	-
Dólar	-	(2)	(489)	-	-	-
Diferencial Líquido	-	(2)	-	-	-	-

	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo - Valor a Receber/(a Pagar)	Valor Justo	Total	Valor Referencial dos Contratos	Valor Justo	Referencial dos Contratos
Resumo						
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	6.725	(301)	6.424	865.351	(2.094)	827.544
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	(11.925)	5.194	(6.731)	464.185	1.980	216.497
Contratos de Opções a Receber/(Pagar)	-	73	73	179.473	-	-
COE (Certificado de Operação Estruturada)	-	(2)	(2)	489	-	-
Total	(5.200)	4.964	(236)	1.509.498	(114)	1.044.041

a.1.1.3) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	31/12/2018			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Operações NDF a Receber/(Pagar)	3.300	2.931	193	6.424
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	(10.166)	142	3.293	(6.731)
Operações Opções a Receber/ (Pagar)	-	73	-	73
COE (Certificado de Operação Estruturada)	(2)	-	-	(2)
Total	(6.868)	3.146	3.486	(236)

	31/12/2017			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Operações NDF a Receber/(Pagar)	(1.917)	(2.410)	360	(3.967)
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	3.614	1.595	752	5.961
Total	1.697	(815)	1.112	1.994

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2018		31/12/2017
				Total	Total	
Valores Referenciais dos Futuros*						
DI	852.000	237.500	1.984.500	3.074.000	1.029.925	
Dólar	1.105.880	-	-	1.105.880	349.433	
DDI	461.101	548.284	681.965	1.691.350	590.614	
BGI	-	-	-	-	146	
Euro	2.220	-	-	2.220	-	
Total	2.421.201	785.784	2.666.465	5.873.450	1.970.118	

* Referem-se aos valores referenciais nas datas de vencimento.

Os ajustes líquidos a pagar ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de boi gordo, DI, dólar, cupom de dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$ 6.096 ativos (31/12/2017 - R\$ 1.172 ativos), foram registrados na rubrica de "Outros ativos financeiros - Negociação e Intermediação de Valores" **Nota 7.d**.

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados na B3, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no montante de R\$ 296.976 (31/12/2017 - R\$ 118.966) sendo este representado por LTN R\$ 4.523 (31/12/2017 - R\$ 106.513) e NTN R\$ 292.453 (31/12/2017 - R\$ 12.453) e LFT somente em 31/12/2017 - R\$ 4.642.

6. Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Disponíveis para Venda - Títulos e Valores Mobiliários

A metodologia para determinação do valor justo está descrita na Nota 3.e.3.2.

a.1) Classificação por Título, Vencimento, Valor Justo e Curva

a.1.2) Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Disponíveis para Venda - Títulos e Valores Mobiliários

	Nível	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Valor Contábil/ Valor Justo	31/12/2018
					Valor de Curva
Carteira Própria					
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	-	158.295	158.295	156.198
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	1	51.375	119.422	170.797	169.865
Total Carteira Própria		51.375	277.717	329.092	326.063
Vinculados a compromissos de recompra					
Títulos Públicos					
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	1	-	403.898	403.898	400.673
Total Vinculados a compromisso de recompra		-	403.898	403.898	400.673
Vinculados a prestação de garantias					
Títulos Públicos					
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	1	114.201	178.252	292.453	291.018
Total Vinculados a prestação de garantias		114.201	178.252	292.453	291.018
Total Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		165.576	859.867	1.025.443	1.017.754

	Nível	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Valor Contábil/ Valor Justo	31/12/2017
							Valor de Curva
Carteira Própria							
Títulos Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	-	-	-	3.889	3.889	3.881
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	1	-	-	991	114.071	115.062	114.615
Títulos Privado							
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	2	-	-	-	3.468	3.468	3.468
Debêntures ⁽²⁾	2	-	-	20.014	23	20.037	20.031
Nota promissória	2	-	-	-	50.228	50.228	50.119
LF Pós-Principal e Encargos	2	-	-	1.549	-	1.549	1.549
Total Carteira Própria		-	-	22.554	171.679	194.233	193.663
Vinculados a compromissos de recompra							
Títulos Públicos							
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	1	-	-	192.212	196.635	388.847	387.869
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	-	-	-	10.055	10.055	10.012
Títulos Privado							
Debêntures	2	-	-	-	8.579	8.579	8.449
Total Títulos Privados		-	-	192.212	215.269	407.481	406.330
Vinculados a prestação de garantias							
Títulos Públicos							
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	1	-	-	-	12.453	12.453	12.364
Outros							
Cotas Fundo FILCB - MARGEM B3	1	18.189	-	-	-	18.189	18.000
Total Vinculados a prestação de garantias		18.189	-	-	12.453	30.642	30.364
Total Disponíveis para Venda		18.189	-	214.766	399.401	632.356	630.357

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Ganho/(Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Instrumentos Financeiros Derivativos

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Rendas de Títulos de Renda Fixa	(23.660)	92.119
Rendas de Títulos de Renda Variável	162.406	88.899
Resultado de Títulos no Exterior	560	128
Total de Títulos	139.306	181.146
NDF	78.088	24.899
"Swap"	(8.361)	10.358
Opções	73	318
Futuro	(172.063)	76.269
COE (Certificado de Operação Estruturada)	32	(35)
Total de Derivativos	(102.231)	111.809
Total de Ganho Líquido com Títulos e Derivativos	37.075	292.955

b.1) Hedge de Investimento Líquido no Exterior

O Banco Original utiliza instrumentos derivativos na gestão de seus riscos em investimentos no exterior da Agência Cayman, cuja moeda de suas operações está em Dólar. O instrumento derivativo utilizado é feito na forma de hedge de fluxo de caixa.

O Banco documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge. O Banco também documenta, mediante elaboração de teste de efetividade, sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados são eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2018, o impacto no resultado do componente inefetivo foi no valor de R\$ 18 (31/12/2017 - (1.288)) contabilizado na rubrica de Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos.

7. Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado

a) Aplicação no mercado aberto, depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras

A metodologia para determinação do valor justo está descrita na Nota 3.e.

Nível	31/12/2018		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Total
Títulos Públicos - Aplicações no Mercado Aberto	76.302	-	76.302
Posição Bancada	1.997	-	1.997
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	1.997	-	1.997
Títulos Privados - Aplicações em Moedas Estrangeiras	74.305	-	74.305
Aplicações em Moedas Estrangeiras	74.305	-	74.305
Títulos Privados - Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	171.764	148.820	320.584
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	171.764	-	171.764
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - Não ligadas vinc.Crédito Rural	-	148.820	148.820
Total	248.066	148.820	396.886

Nível	31/12/2017		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Total
Títulos Públicos - Aplicações no Mercado Aberto	59.999	62.976	122.975
Posição Bancada	59.999	-	59.999
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	59.999	-	59.999
Títulos Privados - Aplicações em Moedas Estrangeiras	-	62.976	62.976
Aplicações em Moedas Estrangeiras	-	62.976	62.976
Títulos Privados - Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	119.968	22.284	142.252
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	53.722	-	53.722
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - Não ligadas vinc.Crédito Rural	66.246	22.284	88.530
Total	179.967	85.260	265.227

As operações compromissadas encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), os prazos referem-se ao lastro da operação, e as aplicações em DI estão custodiadas na B3.

b) Títulos e valores mobiliários

	Valor contábil
	31/12/2018
Carteira Própria	
Títulos Públicos	18.240
Nota promissória	18.240
Total	18.240

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Empréstimos e Adiantamentos a Clientes

	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos a Depositantes		
Empréstimos	125	-
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	1.643.029	1.424.077
Capital de Giro	323.806	280.928
Conta Corrente Garantida	996.102	886.146
Empréstimo Consignado	89.412	71.740
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	239	573
Cheque Especial	-	8
Empréstimo Rotativo	67.175	45.413
Crédito Pessoal	77.726	81.074
Outros empréstimos	46.705	37.061
Financiamentos	41.864	21.134
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) ⁽²⁾	1.775.214	938.604
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.373.183	733.977
Financiamentos Imobiliários	104.991	-
Operações de crédito vinculado a cessão	160.142	61.329
Adiantamentos a contratos de câmbio	136.898	143.298
Outros Créditos	116.283	69.031
Operações com Cartões de Crédito	2.401.508	2.527.839
Recebíveis adquiridos	165.618	123.090
Outros créditos	2.228.743	2.398.449
Subtotal	7.147	6.300
Total	5.936.159	4.959.551

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

d. Outros Ativos Financeiros

	31/12/2018	31/12/2017
Direitos s/ Venda de Cambio	2.718	2.473
Rendas a Receber	3.238	3.190
Negociação e Intermediação de Valores	6.096	1.172
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 15.a.1 e a.2)	16.181	14.328
Total	28.233	21.163

d.1) Resultado de Operações de Câmbio

	31/12/2018	31/12/2017
Variação cambial	54.175	(368)
Resultado operações de câmbio	(1.315)	3.625
Total	52.860	3.257

e) Concentração por Setor de Atividades

	31/12/2018			Total
Setor Privado	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas a Vencer até 12 Meses e Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	
Rural	48.116	940.453	937.404	1.925.973
Indústria	38.405	381.077	246.672	666.154
Financeiro	-	5	-	5
Pessoas Físicas	86.690	261.212	29.638	377.540
Comércio	23.031	2.199.196	94.673	2.316.900
Serviços	3.616	343.162	155.183	501.961
Outros	345	64.188	83.093	147.626
Total	200.203	4.189.293	1.546.663	5.936.159

	31/12/2017			Total
Setor Privado	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas a Vencer até 12 Meses e Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	
Rural	15.895	693.503	416.155	1.125.553
Indústria	35.252	405.447	394.383	835.082
Financeiro	-	3.346	-	3.346
Pessoas Físicas	90.086	200.274	8.555	298.915
Comércio	23.773	2.247.381	146.840	2.417.994
Serviços	353	154.751	89.606	244.710
Outros	317	30.776	2.858	33.951
Total	165.676	3.735.478	1.058.397	4.959.551

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

f) Concentração de Crédito

	Valor	% da Carteira	31/12/2018	
			Perda por redução ao valor recuperável	% Perda por redução ao valor recuperável
10 Maiores Devedores	992.496	17%	360	0%
50 Maiores Devedores Seguintes	1.596.259	27%	49.329	20%
100 Maiores Devedores Seguintes	969.694	16%	19.347	8%
Demais Devedores Seguintes	2.377.710	40%	176.730	72%
Total	5.936.159	100%	245.766	100%

	Valor	% da Carteira	31/12/2017	
			Perda por redução ao valor recuperável	% Perda por redução ao valor recuperável
10 Maiores Devedores	1.043.824	21%	1.755	1%
50 Maiores Devedores Seguintes	1.377.118	28%	44.280	28%
100 Maiores Devedores Seguintes	648.790	13%	10.612	7%
Demais Devedores Seguintes	1.889.819	38%	102.799	64%
Total	4.959.551	100%	159.446	100%

g) Recuperação de crédito de ativos financeiros desreconhecidos (baixados como prejuízo)

No exercício de 2018, os créditos renegociados são de R\$ 275.226 (31/12/2017 - R\$ 258.469), e a Provisão de Perdas por Redução ao Valor Recuperável constituída para esses contratos em 2018 é de R\$ 75.527 (31/12/2017 - R\$ 39.282), relativo às operações vencidas e repactuadas. O Saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 26.

h) Cessão de Ativos Financeiros

Com Transferência Substancial de Risco

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios foram baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecidos na data da cessão. A venda da carteira no primeiro semestre de 2018 foi efetuada no valor de R\$ 166.000 conforme segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Valor da venda carteira ativa ⁽¹⁾	22.182	516.578
Valor da venda carteira baixada para prejuízo ⁽²⁾	143.818	56.616
Total da venda ⁽³⁾	166.000	573.194

(1) Não houve lucro na cessão e o valor da reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa foi no montante de R\$ 12.483.

(2) O montante de R\$ 143.818 foi considerado como recuperação de créditos baixados para prejuízo.

(3) Venda feita com partes relacionadas (J&F Investimento).

(4) O montante de R\$ 116.000 foi recebido em cotas do Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia, classificadas no ativo como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado como títulos disponíveis para venda (vide Nota Explicativa nº 5.a.1) e o restante foi recebido em caixa. Este FIP possui investimentos na Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A. (Partes relacionadas).

i) Receita de Juros e Similares

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	97	879
Rendas de Empréstimos	491.701	503.985
Rendas de Títulos Descontados	27.584	32.416
Rendas de Financiamentos	277.873	128.451
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(2.674)	124
Perdas com Créditos Incobráveis	(4.017)	(2.170)
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	80.959	136.513
Total	871.523	800.198

8. Ativos Financeiros Segregados por Estágio de Risco e Provisão para Perdas de Crédito Esperadas

a) Composição dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e VJORA e Exposições Off-balance por estágio

As tabelas a seguir representam a composição dos empréstimos e adiantamento a clientes e títulos e valores mobiliários, segregados pelos estágios de classificação de risco da IFRS9.

Estágios 1-2-3	31/12/2018			Total
	1º	2º	3º	
Empréstimos e adiantamentos a clientes e títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	5.543.458	163.283	229.418	5.936.159
Posições Off-balance	326.796	26.880	6.994	360.670
Total ativos financeiros e títulos e valores mobiliários e exposições off-balance	5.870.254	190.163	236.412	6.296.829

As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica de "Provisão para perdas de crédito esperadas". As tabelas a seguir representam a segregação das perdas esperadas por estágios e produtos, bem como a movimentação da provisão no exercício.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Composição do saldo das provisões para perdas de crédito esperadas por classificação de risco de ativo financeiro

				31/12/2018
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Empréstimos e adiantamentos a clientes e títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	28.608	36.188	158.915	223.711
Posições Off-balance ⁽¹⁾	15.072	5.481	1.502	22.055
Total geral da provisão para perdas esperadas	43.680	41.669	160.417	245.766

(1) As provisões para perdas de crédito esperadas foram reconhecidas na rubrica "Provisão para Perdas de Crédito Esperadas - Limites de Crédito".

c) Movimentação dos saldos das provisões para perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e VJORA e das Exposições Off-Balance

	31/12/2018			
	Empréstimos e Adiantamentos a Clientes			
	1º	2º	3º	Total (A)
Estágios 1-2-3				
Saldos em 1º de janeiro de 2018	96.420	20.086	101.793	218.299
Movimentações:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(2.188)	4.429	-	2.241
Estágio 1 para o Estágio 3	(4.377)	-	25.838	21.461
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(218)	614	396
Estágio 2 para o Estágio 1	(204)	-	-	(204)
Estágio 3 para o Estágio 2	(408)	-	-	(408)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	31.113	35.066	68.127	134.306
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs ⁽¹⁾	(19.515)	1.555	31.878	13.918
Esterno de provisão de contratos liquidados e baixados à prejuízo	(57.161)	(19.249)	(67.833)	(144.243)
Total dos movimentos	(52.740)	21.583	58.624	27.467
Saldos em 31 de dezembro de 2018	43.680	41.669	160.417	245.766

(1) A mudança de PD LGD E EAD, é principalmente afetada pela recalibração do modelo de PD para a carteira PF, e por conta do conceito de limite contratado, mas nunca utilizado que afeta a EAD.

d) Movimentação da Provisão de Perdas por Redução ao Valor Recuperável e Por Perdas Esperadas

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	159.446	225.208
Constituições Líquida de Reversão	135.431	32.983
Baixa para Prejuízo	(107.964)	(98.745)
Ajuste da Aplicação Inicial da IFRS 9	58.853	-
Saldo Final	245.766	159.446
Créditos Recuperados	158.505	63.306

9. Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

a) Créditos Tributários

	31/12/2018	31/12/2017
Créditos Fiscais Diferidos		
Saldo Inicial	326.890	254.963
Constituições	149.457	291.096
Reversões	(124.682)	(219.169)
Saldo Final	351.665	326.890
Débitos Fiscais Diferidos		
Saldo Inicial	48.078	14.806
Constituições	65.195	84.451
Reversões	(29.590)	(51.179)
Saldo Final	83.683	48.078
Ativo/Passivo Fiscal Diferido	267.982	278.812

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas de IRPJ 25% e CSLL 20% até novembro de 2018). Em dezembro de 2018 os créditos de CSLL foram calculados à alíquota de 15%.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando o lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Ativos Fiscais – Impostos Diferidos".

	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo Fiscal	410.029	398.242
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	102.507	99.561
Base Negativa de Contribuição Social	414.398	402.117
Crédito de CSLL sobre Base Negativa ⁽¹⁾	62.160	80.423
Perda por redução ao Valor Recuperável	329.523	195.604
Provisão para Ações Trabalhistas	17.953	19.306
Provisão para Contingências Cíveis	16.917	17.696
Provisão para Despesas Administrativas	48.996	49.830
Provisão PLR - Administradores	-	4.812
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos bens não de Uso	9.928	11.739
Ajuste positivo ao valor de mercado de ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos	12.738	-
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	1.026
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(592)	(48)
Perdas em Empréstimos e Repasses	22.731	6.296
Outras Diferenças Temporárias	7.821	20.090
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	466.015	326.351
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	466.015	326.351
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	116.504	81.588
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL ⁽¹⁾	69.902	65.270
Ajuste positivo ao valor de mercado de ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos	12.738	-
Ajustes DI e DDI Futuro	-	1.026
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins	12.738	1.026
Alíquota de PIS/Cofins	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e Cofins Diferidos	592	48
Total do Ativo Fiscal Diferido	351.665	326.890

⁽¹⁾ Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos à CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018, retornando a alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. O saldo de crédito de CSLL em dezembro de 2018 foi calculado à alíquota de 15%.

a.2) Passivo Fiscal Diferido

	31/12/2018	31/12/2017
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	169.573	101.048
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente	7.723	46
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado - 4,65%	(8.244)	(4.701)
Ajustes Futuro - DI e DDI	18.270	-
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(850)	-
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	186.472	96.393
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	46.618	24.098
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL ⁽¹⁾	27.971	19.279
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	169.573	101.048
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente	7.723	46
Ajustes Futuro - DI e DDI	18.270	-
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins	195.566	101.094
Alíquota de PIS/Cofins	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e Cofins Diferidos	9.094	4.701
Total do Passivo Fiscal Diferido	83.683	48.078
Ativo/Passivo Fiscal Diferido	267.982	278.812

⁽¹⁾ Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos à CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018, retornando a alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. O saldo de passivo fiscal diferido de CSLL em dezembro de 2018 foi calculado à alíquota de 15%.

a.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	31/12/2018			31/12/2017	
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2018	-	-	-	80.017	(48.078)
2019	119.466	(83.683)	35.783	36.730	-
2020	42.783	-	42.783	68.236	-
2021	50.762	-	50.762	59.114	-
2022	74.433	-	74.433	80.993	-
2023	64.221	-	64.221	1.800	-
Total	351.665	(83.683)	267.982	326.890	(48.078)

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

10. Imobilizado de uso

	Taxas	Custo	Depreciação	Residual	31/12/2018 Residual
Outros Ativos Tangíveis					
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	10%	35.314	(11.209)	24.105	27.929
Sistemas de Processamento de Dados	20%	66.272	(31.039)	35.233	41.600
Sistemas de Segurança e Comunicações	10%	714	(363)	351	253
Outros	10%	148	(148)	-	-
Total		102.448	(42.759)	59.689	69.782

	31/12/2017				31/12/2018
	Saldo inicial	Aquisições	Transferência/ Baixas	Depreciação	Saldo Final
Outras Imobilizações de Uso					
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	27.929	248	(324)	(3.748)	24.105
Sistemas de Processamento de Dados	41.593	6.177	(28)	(12.515)	35.227
Sistemas de Segurança e Comunicações	252	158	(5)	(54)	351
Total	69.774	6.583	(357)	(16.317)	59.683

11. Ativo Intangível

	31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Gastos com Desenvolvimento	845.275	(229.986)	615.289	673.941
Total	845.275	(229.986)	615.289	673.941

	31/12/2017				31/12/2018
	Saldo inicial	Aquisição	Transferência/ Baixas	Amortização	Saldo Final
Gastos com Desenvolvimento	672.961	38.301	(72)	(96.032)	615.158
Total	672.961	38.301	(72)	(96.032)	615.158

12. Outros Ativos

	31/12/2018	31/12/2017
Relações Interfinanceiras	3.596	2.413
Outros Valores e Bens	95.665	104.622
Despesas Antecipadas	23.522	16.756
Adiantamentos Salariais/Outros	1.069	1.172
Valores a receber venda Original Corporate Corretora ⁽¹⁾	163.533	-
Devedores Diversos no País	25.965	13.743
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 28)	131.949	297.419
Outros	12.264	10.242
Total	457.563	446.367

(1) O valor a receber da J&F Investimentos referente a venda da Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. foi avaliado por empresa independente. O saldo a receber vence em 2019.

13. Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

a) Recursos de Clientes

	31/12/2018				Total
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	
Depósitos à Vista	203.884	-	-	-	203.884
Depósitos Interfinanceiros	-	-	149.738	-	149.738
Depósitos a Prazo - CDB e RDB	-	228.136	824.972	3.777.607	4.830.715
Total	203.884	228.136	974.710	3.777.607	5.184.337

	31/12/2017				Total
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	
Depósitos à Vista	191.152	-	-	-	191.152
Depósitos Interfinanceiros	-	90.426	12.103	-	102.529
Depósitos a Prazo - CDB e RDB	-	901.641	1.173.243	1.601.649	3.676.533
Total	191.152	992.067	1.185.346	1.601.649	3.970.214

Em 31 de dezembro de 2018 os Depósitos a Prazo estão compostos por RDB no montante de R\$ 134.008 (31/12/2017 - R\$ 144.547) e CDB de R\$ 4.701.007 (31/12/2017 - R\$ 3.537.186).

O Banco realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB) com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 123% do CDI, (31/12/2017 - 90% e 129,50% do CDI) e para as operações prefixadas o valor da taxa praticada varia entre 6,09% a.a. e 19,60 % a.a. (31/12/2017 - 6,23% a.a. e 19,19% a.a.). Para operações de RDB com taxas pós-fixadas praticadas de 101,50% a 106% do CDI (31/12/2017 - 101,5% a 106% do CDI).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Recursos de Instituições Financeiras

	31/12/2018	
	Até 3 Meses	Total
Carteira Própria	503.701	503.701
Títulos Públicos ⁽¹⁾	503.701	503.701
Total	503.701	503.701

(1) Refere-se à NTN-B e LFT.

	31/12/2017	
	De 3 a 12 Meses	Total
Carteira Própria	485.660	485.660
Títulos Públicos ⁽¹⁾	485.660	485.660
Total	485.660	485.660

(1) Refere-se a LTN, NTN-B e LFT.

c) Recursos de Emissão de Títulos

	31/12/2018			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares				
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	520.713	623.646	32.489	1.176.848
Letras de Crédito do Imobiliária - LCI	268.244	1.183.637	18.314	1.470.195
Letras Financeiras- LF	24.736	5.226	44.320	74.282
	-	489	-	489
Total	813.693	1.812.998	95.123	2.721.814

	31/12/2017			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares				
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	368.006	332.476	73.929	774.411
Letras de Crédito do Imobiliária - LCI	171.916	692.506	100.850	965.272
Letras Financeiras- LF	-	59.010	57.382	116.392
Total	539.922	1.083.992	232.161	1.856.075

O Banco realiza operações LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 88% e 102% do CDI (31/12/2017 - 88% e 104% do CDI). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 5,78% a.a. e 17,01% a.a. (31/12/2017 - 6,01% a.a. e 16,62% a.a.). Para LCI com taxas praticadas em operações pós-fixadas no montante de 89% a 102% do CDI (31/12/2017 - 85% e 102% do CDI). Para LF com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 114,69% a 121,52% do CDI (31/12/2017 - 112% a 120% do CDI ou 107,5% a 108,5% do IPCA).

d) Despesa com Juros e Similares

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
	Depósitos a Prazo	(328.305)
Depósitos Interfinanceiros	(5.088)	(12.807)
Captação no Mercado Aberto	(11.303)	(17.518)
Despesas De Letras Financeiras e Imobiliárias	(76.374)	(105.915)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(78.472)	(81.763)
Despesa de contribuição FGC	(7.765)	(7.210)
Empréstimos e Repasses	(9.410)	(2.719)
Outros	(22)	(217)
Total	(516.739)	(548.856)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

14. Outros Passivos Financeiros

a) Obrigações por repasses

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Funcafé - Custeio	10.045	-
Funcafé - Capital de Giro	15.165	-
Total	25.210	-

15. Provisões e Passivos contingentes

a) Passivos Contingentes

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Ações Trabalhistas (Nota 15.a.1.1)	22.036	22.455
Provisão para Ações Cíveis (Nota 15.a.2.1)	16.916	17.696
Total	38.952	40.151

a.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas. A provisão para os processos trabalhista (ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros) são feitas de acordo com a opinião legal dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável.

Para esses processos trabalhistas foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 8.261 (31/12/2017 - R\$ 7.111).

A movimentação das provisões está representada conforme segue:

	31/12/2018 Trabalhistas	31/12/2017 Trabalhistas
Saldo Inicial	22.455	20.622
Constituição	3.378	4.338
Atualização Monetária	408	2.300
Reversão	(4.205)	(4.805)
Saldo Final	22.036	22.455

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A provisão de consumo das provisões é de até quatro anos.

a.2) Provisão para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução e (4) ações de indenização por perdas e danos.

Para os processos cíveis elencados na categoria Cível Massa (consignado-Banco Original), as provisões são feitas por histórico de condenações de processos nos últimos 12 meses. As categorias massa especial (ações cíveis oriundas do Banco Digital), especial (ações cíveis valoradas acima de R\$200mil) são feitas de acordo com a opinião legal dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável. Segue movimentação das provisões:

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 7.920 (31/12/2017 - R\$ 7.217).

	31/12/2018 Cíveis	31/12/2017 Cíveis
Saldo Inicial	17.696	20.689
Constituição	7.522	6.199
Atualização Monetária	96	312
Reversão	(8.398)	(9.504)
Saldo Final	16.916	17.696

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A provisão de consumo das provisões com um cenário de 4 anos é de R\$ 16.917.

a.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de naturezas trabalhista, cível e fiscal classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Os riscos possíveis de natureza cível são formados por 33 ações civis públicas com pedidos no importe de R\$ 28.099, seus valores foram mensurados de acordo com os pedidos realizados pelos Ministérios Públicos dos Estados (Paraíba, Piauí, Bahia, Tocantins, Santa Catarina, Minas Gerais, Ceará, Maranhão, Pará e Pernambuco), e opinião legal dos assessores jurídicos externos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Banco possuía os seguintes montantes de passivos contingentes classificados como possíveis:

	31/12/2018	31/12/2017
Processos Trabalhistas	28.424	74.862
Processos Cíveis	35.908	33.245
Processos Fiscais	9.750	-
Total	74.082	108.107

16. Obrigações Fiscais

	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	692	1.163
Impostos e Contribuições sobre Salários	10.090	7.797
Outros	3.512	2.666
Provisão para Imposto de Renda	11.379	377
Provisão para Contribuição Social	6.991	141
Total	32.664	12.144

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

17. Outros Passivos

	31/12/2018	31/12/2017
Ordens de Pagamento em Moeda Estrangeira	8.825	3.413
Provisão para Pagamentos a Efetuar	87.785	89.247
Despesas de Pessoal	70.296	74.410
Outras Despesas Administrativas	13.857	11.103
Outros Pagamentos	2.658	3.644
Consignados	974	90
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios ⁽¹⁾	6.183	16.561
Credores Diversos - Exterior/País	176.525	128.389
Rendas Antecipadas	14.531	11.810
Outras	3.263	2.589
Total	297.112	252.009

(1) Valores a pagar para correspondentes bancários.

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social de R\$2.130.001 (31/12/2017 - R\$ 2.130.001) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	31/12/2018	
	Ordinárias	Preferenciais
De Domiciliados no País	2.053.913	76.088
Total	2.053.913	76.088

	31/12/2017	
	Ordinárias	Preferenciais
De Domiciliados no País	2.053.913	76.088
Total	2.053.913	76.088

b) Outros Resultados Abrangentes

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN, LFT e títulos privados. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo atingiu o montante de R\$ 4.016 (31/12/2017 - R\$ 614).

c) JCP e Dividendos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram deliberados JCP e Dividendos.

19. Limites Operacionais

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita, frente a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193 de 2013 definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O cálculo dos Ativos Ponderados ao Risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o Índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pela Instituição.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do Índice de Basileia, calculado com base nas Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial (Banco Original S.A e Banco Original do Agronegócio S.A), nos termos da Resolução nº 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro.

	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de Referência Nível I	1.185.805	1.307.344
Patrimônio de Referência (Níveis I e II)	1.185.805	1.307.344
RWA (Patrimônio de Referência Exigido)	8.707.459	8.017.216
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	7.032.755	6.467.540
RWA _{MFPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	856.029	857.777
RWAOPAD (Parcela de Risco Operacional)	818.675	691.898
Índice de Basileia III e II ⁽¹⁾	13,6%	16,3%

(1) Para fins de apuração do Índice de Basileia, o conglomerado de forma conservadora, e em linha com os conceitos de Basileia de uma gestão prudencial, está excluindo o impacto da venda da marca e da corretora na apuração do Nível I e a Exposição de RWA, afim de demonstrar a não alavancagem dos negócios até que haja o efetivo recebimento das parcelas em aberto pela venda da marca. O índice de Basileia não excluiu os impactos mencionados é de 16,5%.

Em 2018 e 2017 o Conglomerado Original mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório, de 10,5%, e com Patrimônio de Referência compatível com o nível de risco da instituição. O Conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicionalmente ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Nos anos de 2018 e 2017, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

20. Partes Relacionadas

a) Benefícios Pós-Emprego

Remuneração dos Administradores

Os benefícios de curto prazo recebidos pela administração foram no montante de R\$ 26.357 (31/12/2017 - R\$ 40.359).

Os benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consistem na utilização do plano de saúde por 2 a 9 meses após o desligamento montam a R\$ 56 (31/12/2017 - R\$ 193).

O Banco não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Plano de Saúde

O Banco é o principal patrocinador do Plano de Saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pelo Bradesco Saúde cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência a saúde, campanhas de prevenção a doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os funcionários demitidos continuarão contando com o plano de saúde conforme cláusulas do Acordo Coletivo, salvo exceções (reintegrações e eventuais prorrogações). O montante custeado para os demitidos até 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 467 (31/12/2017 - R\$ 622).

c) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		31/12/2018	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações S.A. (J&F) ⁽¹⁾	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

(1) É uma empresa de investimentos (Holding).

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		31/12/2017	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações S.A. (J&F)	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. As cessões de crédito ocorridas com partes relacionadas foram efetuadas a valor contábil. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo IAS24, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2018	31/12/2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Ações	389.594	329.760	61.406	88.336
JBS S.A. (JBS) ⁽¹⁾	389.594	329.760	61.406	88.336
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	295.482	297.419	193.839	35.298
J&F Investimentos S.A. (Nota 28)	295.482	297.419	193.839	35.298
Recursos de clientes - Depósito a Vista	(62.950)	(38.883)	-	-
JBS S.A. (JBS)	(18.425)	(17.578)	-	-
J&F Participações S.A.	(16)	-	-	-
J&F Investimentos S.A.	(48)	(55)	-	-
Fazenda Botas Agropecuária LTDA	(3)	(2)	-	-
Futura Venture Capital Participações LTDA	-	(2)	-	-
JIBM Participações LTDA	(1)	(2)	-	-
JBj Barra do Tiete Agropecuária LTDA	(3)	(4)	-	-
CV - Radio e Televisão LTDA	(7)	(7)	-	-
JBj Agropecuária LTDA	(10)	(8)	-	-
VLBM Participações LTDA	(29)	(14)	-	-
Ambar Energia LTDA	(5)	(23)	-	-
JBS Aves LTDA	(283)	(210)	-	-
Agrícola Jandelle	-	(742)	-	-
J&F Floresta Agropecuária	(3)	(2)	-	-
Seara Alimentos Ltda.	(26.827)	(162)	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(2.583)	(12.039)	-	-
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp, S.A.	(1.461)	(7.989)	-	-
Eldorado Brasil Celulose AS	(3)	(44)	-	-
Picpay Serviços Ltda ME	(12.529)	-	-	-
FIP Multiestratégia Formosa	(11)	-	-	-
JBS Confinamento Ltda.	(1)	-	-	-
Canal Rural Produções Ltda.	(37)	-	-	-
J&F Urbanismo	(15)	-	-	-
Instituto Germinare	(8)	-	-	-
VNMB Participacoes Ltda.	(1)	-	-	-
Meat Snack partners do Brasil Ltda.	(4)	-	-	-
Pinheiros Fundo de Investimento em Participações	(1)	-	-	-
Pessoas Físicas	(636)	-	-	-
Recursos de clientes - Depósito a Prazo	(260.113)	(1.066.484)	(10.154)	(25.218)
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(6.862)	(6.597)	(168)	(919)
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp, S.A.	(5.243)	(5.040)	(128)	(702)
JBS S.A. (JBS)	(53.007)	(51.124)	(3.286)	(7.800)
Fip Caixa Milao	-	(29)	-	(2)
Fip Multiestrategia Formosa	-	(468.060)	-	(812)
Instituto Germinare	(230)	(13)	-	(0)
J&F Floresta Agropecuaria Araguaia LTDA	(5.132)	(438.819)	(2)	(742)
São João Transmissora de Energia S.A.	-	(1.465)	-	(102)
Sao Pedro Transmissora de Energia S.A.	(3.517)	-	(12)	-
JBj Agropecuária LTDA	-	(6)	-	-
Eldorado Brasil Celulose AS	(311)	-	(6)	-
J&F Participações Ltda.	(26.616)	(28.135)	(1.511)	(5.646)
J&F Investimentos S.A.	(60.014)	-	(14)	-
Seara Alimentos Ltda.	(68.896)	(66.316)	(4.305)	(8.483)
Picpay Serviços Ltda ME	(384)	-	(4)	-
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	(405)	(880)	(11)	(11)
Pessoas Físicas	(29.496)	-	(707)	-
Recursos de instituições financeiras - Captação no Mercado Aberto	(104.101)	(105.594)	(3.083)	(8.140)
Banco Original do Agronegócio S.A.	(104.101)	(97.148)	(3.083)	(8.136)
Eldorado Brasil Celulose S.A.	-	(8.446)	-	(3)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Demais Transações

Cessão de Crédito: Em 2018 foi feita cessão de carteira de crédito com transferência substancial de riscos e benefícios, para empresas ligadas, no montante de R\$ 166.000 (Nota 7.h). O montante de R\$ 116.000 foi recebido em cotas do Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia, classificadas no ativo como títulos disponíveis para venda e o montante de R\$ 50.000 foi recebido em caixa.

Direitos Creditórios: Foi feita a aquisição de direitos de recebíveis decorrente de vendas mercantis, a valor de mercado, no montante de R\$ 1.698.614 (31/12/2017 - R\$ 1.669.649), da cadeia produtiva da J&F Investimentos S.A.

Prestação de serviços: Em 22 de dezembro de 2016, o Banco Original firmou contrato com a J&F Investimentos S.A. para adquirir serviços de consultoria de inteligência e marketing, para promoção e divulgação de suas atividades, visando sua consolidação e expansão perante seu público. O valor estabelecido para pagamento dos serviços está baseado em indicadores de performance do Banco. O impacto no resultado em 2018 foi de R\$ 2.168 (31/12/2017 - R\$ 3.700).

21. Receitas de Serviços e Comissões

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Cobrança e Arrecadações	14.488	9.692
Serviços de Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos	11.852	7.221
Serviço Assessoria Financeira	2.600	5.848
Serviço de recebimento e envio de valores	-	3.163
Rendas De Garantias Prestadas	10.025	7.516
Outras	9.596	3.272
Total	48.561	36.712

22. Outras Receitas e Despesas

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Atualização de Depósitos Judiciais	952	927
Atualização de Impostos a Compensar	5.595	5.215
Recuperação de Encargos e Despesas	2.630	8.735
Provisões/Reversão Operacionais:		
Trabalhistas e Cíveis	(1.056)	1.159
Outras Provisões Operacionais	909	4.556
Incentivo Fiscal ⁽¹⁾	19.553	30.592
Venda da corretora	177.563	-
Venda da marca (Vide Nota 28)	16.276	35.298
Outras	(9.735)	(10.891)
Total	212.687	75.591

(1) Trata-se do valor aprovado do "Incentivo Tecnológico de 2015 (Lei da BEM)."

23. Despesas Gerais e Administrativas

a) Despesa de Pessoal

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Remuneração	(186.271)	(192.036)
Encargos	(53.625)	(59.887)
Benefícios	(35.707)	(34.011)
Participação no Lucro	(35.445)	(44.222)
Treinamento	(508)	(729)
Total	(311.556)	(330.885)

b) Despesa Administrativa

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(41.249)	(48.232)
Depreciações e Amortizações	(112.367)	(105.498)
Propaganda e Publicidade ⁽¹⁾	(3.674)	(6.187)
Comunicações	(2.647)	(2.248)
Processamento de Dados	(94.578)	(106.615)
Aluguéis	(9.236)	(10.216)
Transportes e Viagens	(4.393)	(4.805)
Serviços de Vigilância e Segurança	(3.298)	(3.510)
Manutenção e Conservação de Bens	(4.268)	(3.338)
Serviços do Sistema Financeiro ⁽²⁾	(65.485)	(55.542)
Água, Energia e Gás	(1.692)	(1.591)
Material	(1.015)	(1.358)
Despesas Legais e Jurídicas	(1.787)	(3.536)
Outras	(8.192)	(8.589)
Total	(353.881)	(361.265)

(1) Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

(2) Referem-se principalmente a despesas com a utilização de cartões de débito e crédito, corretagens e outros serviços financeiros.

24. Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Despesa com Cofins	(21.569)	(24.594)
Despesa com ISS	(2.417)	(2.059)
Despesa com PIS/Pasep	(3.505)	(3.997)
Outras	(2.733)	(4.175)
Total	(30.224)	(34.825)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

25. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para perda por redução ao valor recuperável e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados na rubrica "Ativos Fiscais - Imposto Diferido".

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzido as Participações no Resultado e JCP	76.118	(36.795)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	1.431	-
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	(15.389)	(28.579)
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	(13.797)	(26.534)
Base de cálculo - CSLL	60.858	(65.374)
Base de cálculo - IRPJ	62.450	(63.329)
CSLL ⁽¹⁾	(44.375)	(13.075)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	(15.200)	(15.831)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(59.575)	(28.906)
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	(59.575)	(28.906)

(1) Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos à CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018, retornando a alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em dezembro de 2018 os tributos diferidos foram calculados a alíquota de 15% e os impostos correntes à alíquota de 20%.

26. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Banco qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição diante da liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito, perante seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

a) Risco de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado segue as melhores práticas de mercado e atendem as regulamentações vigentes.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR).

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades.

O Conglomerado utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de:

- Atender às necessidades dos clientes;
- Realizar a gestão das exposições da carteira ao risco de mercado e de taxa de juros.

O Conglomerado segrega suas exposições em carteiras de negociação (trading) e carteira bancária (banking), seguindo, além das melhores práticas de mercado e as regulamentações vigentes.

As posições nas quais há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira trading da Instituição. Nesse caso, diariamente, essas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são:

- Value at Risk (VAR) Paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e holding period estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira;
- Stress Test;
- Stop Loss.

Aqueles classificados como banking possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado e de taxa de juros da carteira bancária composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Essas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Carteira "Trading"

Fator de Risco

Pré-Fixado
Boi Gordo
Moedas Estrangeiras
Índice Bovespa
Ações

Exposição com Correlação

		"Value at Risk"			
		31/12/2018		31/12/2017	
		Média	Fechamento	Média	Fechamento
		409	65	1.012	69
		-	-	3	-
		772	371	365	1.448
		3	-	99	-
		124.536	145.348	1.439	88.684
		121.731	144.437	3.125	85.729

Carteira "Banking"

Fator de Risco

Risco de Taxa de Juros

		Análise de Sensibilidade			
		31/12/2018		31/12/2017	
		Média	Fechamento	Média	Fechamento
		25.165	23.456	29.790	34.221

Destaca-se que o aumento relevante do Value at Risk (Var) na comparação entre o fechamento de dezembro de 2017 e o fechamento de dezembro de 2018, está atrelado principalmente ao estoque de ações, que é responsável por parte relevante desta carteira e que embora tenha se mantido inalterado em quantidade de papéis, aumentou seu valor de exposição e através da forte valorização ocorrida, elevou seu patamar de volatilidade histórica e registrou diminuição do volume negociado. A redução do valor do Risco de Taxa de Juros foi resultado da mudança de modelo interno de cálculo do IRRBB, sempre em linha com as diretrizes do Comitê de Baseleia e das disposições das regulamentações vigentes. Para efeito de comparação, utilizando-se a metodologia anterior o Risco de Taxa de Juros seria de aproximadamente R\$ 30 milhões.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A composição do valor de marcação a mercado da carteira dos ativos e passivos sujeitos ao risco de taxa de juros pode ser observada abaixo:

				31/12/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Bacen	(3.963)	-	-	(3.963)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.136.683	392.236	103.104	2.632.023
Outros Ativos	(266.042)	151.804	-	(114.238)
Passivos Financeiros				
Recursos de Instituições Financeiras	(7.553)	18.195	-	10.643
Recursos de Emissão de Títulos	(98.787)	(329.106)	(1.830.813)	(2.258.706)
Outros Passivos Financeiros	(175.101)	(9.903)	-	(185.004)
Gap (ativos-passivos)	1.585.237	223.226	(1.727.709)	80.755
Derivativos	873.569	(91.372)	639.262	1.421.460
Total com Derivativos	2.458.808	131.855	(1.088.447)	1.502.215
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2017 Total
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Bacen	(35.118)	-	-	(35.118)
Empréstimos e Recebíveis	2.111.533	147.109	318.479	2.577.121
Outros	(128.282)	22.014	-	(106.268)
Passivos Financeiros				
Recursos de Instituições Financeiras	7.457	1.214	-	8.671
Recursos de Emissão de Títulos	(110.290)	(399.293)	(590.990)	(1.100.573)
Outros Passivos Financeiros	(127.645)	-	-	(127.645)
Gap (ativos-passivos)	1.717.655	(228.956)	(272.511)	1.216.188
Derivativos	548.354	30.859	(77.355)	501.858
Total com Derivativos	2.266.009	(198.097)	(349.866)	1.718.046

O risco de variação cambial segregado nas diferentes moedas em que o portfólio do Banco está sujeito pode ser observado nas tabelas abaixo:

	31/12/2018	
	Dólar	Euro
Ativos Financeiros		
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Bacen	18.381	3.180
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.397.656	-
Outros Ativos	73.750	-
Gap (ativos-passivos)	1.489.787	3.180
Derivativos	(1.522.774)	(215)
Total com Derivativos	(32.987)	2.965
	31/12/2017	
	Dólar	Euro
Ativos Financeiros		
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Bacen	13.994	35
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	-	-
Empréstimos e Recebíveis	684.163	-
Outros Ativos	62.108	-
Gap (ativos-passivos)	760.265	35
Derivativos	(784.238)	(2.916)
Total com Derivativos	(23.973)	(2.881)

b) Risco de Crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrente do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador.

A estrutura de avaliação de risco do Banco está alicerçada em metodologias estatísticas de credit score e no princípio de decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito correspondentes aos níveis decisórios. A estrutura de gerenciamento de risco de crédito é compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços e nível de exposição ao risco de crédito e é composta pelas etapas de decisão, formalização, monitoramento e cobrança, que possibilitam o acompanhamento contínuo da qualidade da carteira de crédito.

O Comitê de Crédito possui, entre outras atribuições, o estabelecimento de diretrizes, aprovação de políticas de crédito, deliberação de empréstimos e adiantamentos a clientes, análise de demandas operacionais de produtos de crédito e de cobrança, ainda não previstos em documentos oficiais, deliberação a respeito de empréstimos e adiantamentos a clientes e políticas em caráter de excepcionalidade, análise dos indicadores de propostas e contratos para atendimento das metas e objetivos a serem alcançados pelo Banco.

O risco de crédito é o maior risco para o negócio do Banco. Portanto, a administração gerencia cuidadosamente sua exposição ao risco de crédito. A gestão e controle do risco de crédito são centralizados em uma equipe de gerenciamento de risco de crédito que se reporta regularmente à Diretoria Executiva.

a) Exposição máxima ao risco de crédito — Instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela abaixo representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito dos instrumentos financeiros para os quais uma provisão para perda esperada é reconhecida. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas acima são baseadas em valores contábeis, conforme reportado no balanço patrimonial.

				31/12/2018
	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Ativos financeiros ao custo amortizado e VJORA	5.543.458	163.283	229.418	5.936.159
Exposições Off-Balance*	326.796	26.880	6.994	360.670
Exposição Total				
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	43.680	41.669	160.417	245.766
(=) Exposição líquida	5.826.574	148.494	75.995	6.051.062

*Possui aplicação de fator de expectativa de utilização

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.1) Exposição máxima ao risco de crédito — Instrumentos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela a seguir contém uma análise da exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros não sujeita a provisão ao valor recuperável:

Ativos financeiros ao VJR	<u>31/12/2018</u>
	2.191.966
Instrumentos financeiros Derivativos	(236)
Total	<u><u>2.191.730</u></u>

O Banco estimou os fluxos de caixa esperados, levando em consideração todos os termos contratuais do ativo financeiro, incluindo as perdas de crédito esperadas.

b.1.1) Avaliação da redução ao valor recuperável

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo Banco para fins de elaboração destas demonstrações financeiras. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais práticas contábeis do Banco (nota 3).

(i) Definição de inadimplência e cura

O Banco considera como um instrumento financeiro inadimplente e, conseqüentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de PE, todos os casos que se encontram vencidos a mais de 90 dias em relação a seus pagamentos contratuais. Para operações interbancárias (operações interfinanceiras de liquidez), o Banco as considera inadimplentes quando o pagamento intra diário requerido não é realizado ao final da operação conforme determinado nos termos contratuais.

Como parte de avaliação qualitativa o Banco considera a classificação interna de risco de crédito.

Considera-se que um instrumento não está mais inadimplente (ou seja, evento de "cura") quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de quatro meses. Este período foi determinado com base em uma análise que considera a probabilidade de um instrumento financeiro retornar ao status de inadimplência após "cura".

(ii) Classificações internas de risco e o processo de estimativa da probabilidade de inadimplência (probability of default – PD)

O Banco possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (ratings) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

Empréstimos e adiantamentos a clientes de varejo.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes de varejo compreendem créditos pessoais, operações com cartões de crédito e cheque especial sem garantias. Essas operações recebem uma classificação de risco através de um modelo de credit score, interno que utiliza como parâmetros principais:

- Nível de comprometimento da renda do tomador;
- Percentual dos saldos devedores já pagos;
- Idade;
- Situação de crédito do tomador no sistema financeiro nacional;
- Identificação de outras operações (que indicam melhor situação de crédito do tomador) no Banco;

A definição das classificações internas de risco de crédito está definida conforme a seguir:

Pessoa Física		
Rating	Avaliação	2018
Baixa	Boa qualidade	3,69%
Média	Normal	23,63%
Alta	Requer atenção	78,89%

Pessoa Jurídica		
Rating	Avaliação	2018
Baixa	Boa qualidade	0,18%
Média	Normal	3,00%
Alta	Requer atenção	61,15%

Quando aplicável, também são utilizadas as classificações de risco de crédito atribuídas por agências de ratings, principalmente em operações que têm como contraparte outras instituições financeiras (empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, Operações de compra com compromisso de revenda e instrumentos de dívida privados), governo federal (instrumentos de dívida públicos) e outras entidades privadas (instrumentos de dívida privados).

(iii) Mensuração do risco de crédito

Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas (PE), considerando a capacidade do cliente em aumentar sua exposição enquanto se aproxima da inadimplência e o potencial de ocorrência de pagamentos antecipados.

Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto e faixa de utilização do limite atual, com base na análise dos dados de inadimplência recentes do Banco.

Para calcular a EAD o Banco faz a seguinte consideração em relação às classificações em estágios:

- Para uma operação que esteja no Estágio 1, o Banco avalia a possibilidade de eventos de inadimplência nos próximos 12 meses para o cálculo da PE.
- Para uma operação que esteja nos Estágios 2 e 3, o Banco avalia a possibilidade de eventos de inadimplência ao longo da vida para o cálculo da PE.

Além disso, no caso das operações a Pessoa Jurídica, há aplicação do fator de projeção associado à variáveis macroeconômicas (forward looking).

Perda em caso de inadimplência (LGD)

O Banco monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o Banco avalia se houve um aumento significativo no risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

Aumento significativo de risco de crédito

O Banco considera que uma operação teve aumento significativo de risco de crédito (migração para o estágio 2) quando seu atraso atingir 30 dias ou elevação de sua probabilidade de inadimplência (PD) durante todo o seu prazo esperado em:

- Cinco pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for inferior a 5%;
 - 100% da PD no reconhecimento inicial, para os demais instrumentos financeiros.
 - Vinte pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for superior a 20%; e
- O Banco considera que há aumento significativo do estágio 2 para o estágio 3 quando o ativo financeiro possui atraso superior a 90 dias, ou quando houver solicitação de recuperação judicial no caso de Pessoa Jurídica.

Agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas

Conforme mencionado na nota 3.g, o Banco calcula suas perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de Empréstimos e adiantamentos a clientes.

O Banco agrupa essas exposições através de critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de produto (recebíveis, crédito pessoal, crédito pessoal consignado, operação de cartão de crédito, operações de cartão de crédito consignado e cheque especial); e
- Safra de concessão da operação de crédito ao tomador.
- Segmentação por linha de negócio (agronegócio, corporate, affluent, varejo).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.2) Exposição Máxima ao Risco de Crédito

A tabela abaixo demonstram os valores das exposições totais ao risco de crédito utilizado para a alocação de capital, independentemente da ponderação utilizada nas normas legais e mitigação de risco por garantias colaterais aos empréstimos, considerando inclusive as contrapartes centrais:

	Exposição ao Risco de Crédito 31/12/2017
Exposição Total	7.569.114

b.2.1.) Ativos Financeiros

	Exposição ao Risco de Crédito por ativo financeiro 31/12/2017
Aplicações no mercado aberto	59.999
Depósito Interfinanceiro	142.252
Aplicação em Moeda Estrangeira	62.976
Títulos Públicos	1.636.661
Título Privado	83.861
Derivativos	10.122
Empréstimos e Recebíveis	4.959.551
Câmbio Exceto ACC	70.453
Garantias Prestadas	395.162
Total	7.421.037

b.2.2) Análise do vencimento dos ativos

	Empréstimos e Adiantamentos Impairment e Não Impairment 31/12/2017
Créditos não Vencidos (sem Impairment)	4.449.360
Créditos Vencidos sem evento de Perda	345.009
Créditos Vencidos com evento de Perda	165.182
Total de Empréstimos e Adiantamentos de Clientes	4.959.551
<i>Impairment (Perdas por Redução ao Valor Recuperável)</i>	<i>(159.446)</i>
Valor Líquido	4.800.105

Os demais ativos financeiros possuem características especiais que minimizam o risco de perda ou não são aplicáveis no caso de garantias avais e fianças prestadas, dessa forma a instituição divulga somente o risco de crédito da carteira de empréstimos e recebíveis.

b.3) Risco de Crédito Potencial

Em particular, os derivativos tem pouca previsibilidade de ganhos e perdas associados às oscilações de mercado, motivo pelo qual a instituição utiliza um modelo de análise histórica sobre o ativo subjacente da operação em foco, dado um conjunto de prazos e um nível de confiança, a fim de estimar o risco potencial da operação. Esta medida é denominada Risco de Crédito Potencial (RCP), que é somada à posição de crédito do cliente para fins da apuração da exposição total ao risco de crédito da contraparte.

Abaixo são apresentadas as informações relativas ao valor nocional dos contratos sujeitos ao risco de crédito potencial e às garantias recebidas para mitigar este risco.

	Valor Nocional - Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito Potencial	
	31/12/2018	31/12/2017
BMF - Contratos com Câmara Central Atuando como Contraparte	3.818.002	1.445.445
CETIP - Contratos sem Câmara Atuando como Contraparte Central	1.171.928	956.799
SELIC - Contrato sem Câmara Atuando como Contraparte Central	401.597	537.223
Total	5.391.527	2.939.467

Segue abaixo o valor bruto dos contratos (valores positivos da marcação a mercado) sujeitos ao risco de crédito da contraparte.

	Valor Positivo Bruto - Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito Potencial	
	31/12/2018	31/12/2017
CETIP - Contratos sem Câmara Atuando como Contraparte Central		
Derivativos	25.491	10.142
Total	25.491	10.142

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.4) Garantias

A instituição utiliza-se de garantias reais e pessoais como mitigadores de risco em suas operações de crédito, derivativos e operações compromissadas. As operações de crédito são estruturadas e propostas com as garantias de acordo com as características intrínsecas de cada crédito concedido. O processo de análise de crédito verifica as garantias frente o nível do risco da operação, e, por fim, delibera sobre a aprovação, suficiência ou reprovação das garantias apresentadas.

Seguindo linhas gerais, a distribuição geográfica das garantias reais segue aquela das operações de origem. Na maioria dos casos, o tipo de garantia solicitada dependerá da modalidade do empréstimo, qualidade creditícia, ramo de atividade e segmento econômico do proponente da operação de crédito. Assim, a diversificação de garantias recebidas acompanhará a distribuição da carteira de crédito, por modalidades e segmentos.

Segue abaixo a relação das principais garantias operadas pelo Banco:

- Aval dos sócios e cotistas;
- Penhor ou alienação fiduciária de bens móveis;
- Hipoteca ou alienação fiduciária de bens imóveis;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios e títulos de crédito; e
- Cessão fiduciária de depósitos e títulos.

O registro das garantias é realizado na forma da lei e, em se tratando de penhor ou alienação de bens móveis ou imóveis, em regra se dá nos cartórios competentes.

A avaliação das garantias, em especial relativas à produção agropecuária, é feita com base no preço de mercado do produto na data da concessão e/ou no preço futuro previsto para o produto, considerando o cenário de venda forçada. Realizam-se periodicamente, em média a cada trimestre, ou de acordo com os fluxos de vencimento, histórico ou épocas de abate, colheita, etc., visitas de monitoramento para aferição da real existência das garantias, bem como sua qualidade e condições de manejo e estocagem.

O Banco considera consistentemente as garantias associadas aos empréstimos em carteira, associando ao valor das garantias a probabilidade de arresto das mesmas, para fins de quantificar das potenciais perdas de crédito incorridas em seu portfólio. Esta medida passa a direcionar objetivamente as provisões de crédito constituídas e as ações de cobrança sobre as operações inadimplentes. A redução das perdas potenciais de crédito via aplicação da LGD somaram aproximadamente R\$ 168.149 mil, no fechamento do exercício. Em 31/12/2017, dentro do padrão contábil anterior, o impacto na PCLD foi de R\$ 29.344 mil.

	Mitigação de Risco por Garantias	
	Saldo 31/12/2018	Impacto da LGD na PCLD
Agronegócio	1.515.960	(55.457)
Corporate	1.190.576	(112.692)
Total Mitigado	2.706.536	(168.149)

	Mitigação de Risco por Garantias		
	Saldo 31/12/2017	Valor Mitigado	Impacto PCLD
Agronegócio	363.450	361.329	(6.974)
Corporate	472.748	468.788	(22.370)
Total Mitigado	836.198	830.117	(29.344)

Tanto para gerenciamento interno como para a apuração do capital a ser alocado para cobertura das exposições relativas ao risco de crédito Circular nº 3.644/2013, a instituição utiliza, nas operações de venda com recompra, os recursos financeiros recebidos como mitigador de risco de crédito. Já nas operações de compra com revenda, os títulos públicos federais recebidos são utilizados como mitigadores de risco de crédito. Com estes procedimentos é possível mitigar quase a totalidade da exposição ao risco de crédito original da operação.

Segue abaixo tabela com as exposições mitigadas nas operações compromissadas para fins de alocação de capital referente à Parcela de Exposição Ponderada pelo Risco:

	Valor Mitigado por Instrumento	
	31/12/2018	31/12/2017
Compra com Revenda	1.997	59.999
Venda com Recompra	399.600	-
Total	401.597	59.999

b.5) Recuperação e Cobrança

A área de cobrança objetiva minimizar as perdas financeiras associadas ao atraso, parcial ou total, dos contratos de empréstimos. A recuperação de crédito segue as regras definidas na "régua de cobrança" estipulada para cada tipo de modalidade de crédito.

As ações de cobrança vão desde o contato com o cliente, negociação amigável, aviso aos garantidores e avalistas, negativação em órgãos que prestam serviço de informação de crédito (SPC, SERASA), chegando a tomada de ações jurídicas cabíveis para a recuperação da dívida.

b.6) Provisionamento de Crédito

O quadro abaixo traz o montante de provisões e carteira para empréstimos e recebíveis, dentro da metodologia contábil no fechamento de 2017.

	31/12/2017	
	Carteira	Provisão
Individual	516.135	52.976
Massificado	4.443.416	106.470
Total	4.959.551	159.446

A análise dos dados de provisionamento indica uma redução percentual expressiva dos contratos que representam risco moderado de perda de crédito para a instituição, resultado das estratégias de pulverização do portfólio nos melhores clientes e em contratos com garantias reais associadas, reduzindo consistentemente os riscos de crédito das novas operações.

b.7) Operações de crédito por portfólio, classe e risco de crédito

	31/12/2018		
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Agronegócio	1.511.188	1.302	56.809
Corporate	1.452.768	105.556	69.089
Recebíveis	2.341.987	2.067	20.297
Demais	9.470	-	-
Pessoa Física	228.045	54.358	83.223
Total	5.543.458	163.283	229.418

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Em 2017, observando o padrão contábil anterior ao IFRS9, a avaliação da carteira de forma analítica observou as seguintes aberturas:

	31/12/2017				
	Baixo	Médio	Alto	Impairment	Total
Crédito Rural	180.463	34.569	5.385	9.765	230.182
Crédito Rural - Importação e E	388.374	46.768	11.221	-	446.363
Recebíveis	56.489	53	-	-	56.542
Cartão de Crédito	137.515	10.515	864	56.655	205.549
Conta Corrente	19.106	4.681	9.947	6.188	39.922
Parcelados	30.677	24.339	90	8.720	63.826
Consignado	37	26	111	400	572
Imobiliário	1.671	-	-	1.616	3.287
Pessoa Física - CPF	814.332	120.950	27.618	83.344	1.046.243
Grandes Empresas	246.133	148.823	12.904	34.631	442.491
Micros/ Pequenas e Médias Empresas	2.835.822	503.140	84.647	47.206	3.470.816
Total	3.896.287	772.913	125.169	165.181	4.959.551

b.8) Operações de crédito por tipo de análise, porte e risco de crédito

b.8.1) Não vencidos

	31/12/2017			
	Baixo	Médio	Alto	Total
Operações Avaliadas Individualmente				
Grandes Empresas	-	146.341	-	146.341
Micros/Pequenas e Médias Empresas	-	149.236	-	149.236
Pessoa Física	-	96.322	11.221	107.543
Total	-	391.899	11.221	403.121
Operações Avaliadas Coletivamente				
Grandes Empresas	247.280	2.482	2.751	252.513
Micros/Pequenas e Médias Empresas	2.601.597	296.217	75.353	2.973.167
Pessoa Física	799.733	23.352	7.521	830.606
Crédito Rural	178.213	9.643	5.175	173.745
Crédito Rural - Importação e Exportação	388.374	2.929	-	391.303
Recebíveis	54.539	24	-	54.563
Cartão de Crédito	131.102	5.450	639	137.191
Conta Corrente	18.848	3.808	1.606	24.262
Parcelados	27.414	20.772	61	48.247
Imobiliário	1.208	-	-	1.208
Consignado	34	12	41	86
Total	3.648.610	322.051	85.625	4.056.286

b.8.2) Vencidos

	31/12/2018		
	Atraso de 1 a 30 dias	Atraso de 30 a 60 dias	Total
Agronegócio	2.556	-	2.556
Corporate	35.237	45.324	80.561
Recebíveis	201.909	1.734	203.644
Demais	-	-	-
Pessoa Física	22.719	10.873	33.592
Total	262.421	57.931	320.352

Em 2017, observando o padrão contábil anterior ao IFRS9, a avaliação da carteira de forma analítica observou as seguintes aberturas:

	31/12/2017		
	Atraso de 1 a 30 dias	Atraso de 30 a 60 dias	Total
Pessoa Física			
Crédito Rural	2.585	1.650	4.235
Crédito Rural - Importação e Exportação	4.711	2.148	6.859
Recebíveis	717	29	746
Cartão de Crédito	7.038	4.665	11.703
Conta Corrente	3.551	5.921	9.472
Parcelados	-	-	-
Imobiliário	198	265	463
Consignado	13	74	87
Total	18.813	14.752	33.565
Grandes Empresas	10.239	-	10.239
Micro/ Pequenas e Médias Empresas	277.653	23.553	301.206
Total	306.705	38.305	345.010

c) Riscos de Liquidez

As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR). Essa política segue as melhores práticas de mercado e as regulamentações vigentes. A definição dos limites e a periodicidade de monitoramento, bem como sua revisão, também são de responsabilidade do CEGIR.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas e fóruns responsáveis pela gestão de liquidez.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Essas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Conglomerado, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são:

- Fluxo de Caixa
- Teste de Estresse
- Caixa Mínimo

As tabelas abaixo demonstram a expectativa do valor dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros dos seguintes produtos: CDB, CDI, LCA, DPGE, Depósito à Vista e "funding" direcionado. Nesta análise foram considerados os fluxos não descontados e, portanto, os valores podem diferir do apresentado na posição da demonstração financeira.

Também são apresentados os passivos financeiros derivativos, em particular, das operações no mercado de Balcão. Os produtos sujeitos à análise foram o "Swap" e o NDF. O valor em questão representa a marcação a mercado deste conjunto de operações.

				<u>31/12/2018</u>
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Passivos Financeiros				
Passivos Totais	1.233.444	2.985.270	4.820.353	9.039.067
Derivativos	22.595	5.155	388	28.138

				<u>31/12/2017</u>
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Passivos Financeiros				
Passivos Totais	1.681.022	2.459.775	2.295.035	6.435.832
Derivativos	3.744	1.654	-	5.398

<u>31/12/2018</u>	
Indicadores	
Ativos Líquidos/Depósitos Totais	24%
Depósito à Vista/Depósitos Totais	2,56%
<u>31/12/2017</u>	
Indicadores	
Ativos Líquidos/Depósitos Totais	20%
Depósito à Vista/Depósitos Totais	3,26%

d) Risco Operacional

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O Banco, atendendo às determinações dos órgãos reguladores, bem como visando aprimorar seus controles internos, desenvolveu uma estrutura para gerenciar o Risco Operacional ao qual a instituição está exposta. Essa estrutura tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar o risco operacional inerente aos produtos, processos, serviços, atividades e sistemas da Instituição. Como parte da estrutura foi desenvolvida uma Política de Gerenciamento do Risco Operacional, que visa garantir o pleno cumprimento do modelo de gestão do risco operacional utilizado. Essa política é revisada e aprovada anualmente pelo Diretor responsável.

A estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional também contempla a elaboração de uma Matriz de Riscos, considerando a avaliação de impacto e vulnerabilidade. Essa matriz permite o registro dos processos e riscos em que a instituição está exposta, bem como o registro dos planos de ação para mitigar os riscos identificados e aprimorar os controles internos.

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Inclui-se nos eventos de risco operacional:

- Fraudes internas e externas;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição;
- Danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição;
- Aqueles que acarretam interrupção de atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A estrutura de risco operacional do Banco visa identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional. Este documento define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d.1) Gestão de Capital

Gestão de Capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição com a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, visando o planejamento de metas e de necessidade de capital, de acordo com os objetivos estratégicos da instituição.

A Diretoria de Riscos monitora e controla a necessidade de capital para fazer frente aos riscos da instituição, reportando os resultados para os órgãos reguladores, as áreas envolvidas no processo e aos comitês gestores.

Os procedimentos relacionados ao gerenciamento de capital têm como objetivo a identificação e avaliação da relação entre o capital exigido e capital disponível. Neste contexto, os processos executados pela Diretoria de Riscos têm como foco: a) evolução e projeção dos principais riscos que a instituição incorre; b) projeção das carteiras de ativos e passivos e dos resultados; c) levantamento das fontes de capital; d) projeção do capital e das necessidades de capital para fazer frente aos riscos; e) apuração e análise da suficiência de capital, de acordo com as metas definidas; e f) aplicação de testes de estresse e reporte dos resultados e controles de limites.

Atualmente, o Patrimônio de Referência (PR) da instituição é composto somente pelo PR Nível I, constituído pelos seguintes instrumentos:

- Ações ordinárias no país;
- Ações preferências não cumulativas e não resgatáveis no país;
- Reserva de lucros;
- Lucros/prejuízos acumulados; e
- Ajustes Prudenciais.

Assim, a instituição não possui instrumentos híbridos de capital e dívida (IHCD), dívidas subordinadas e ações elegíveis a compor o PR Nível II. Na apuração do Patrimônio de Referência (PR) não há nenhum instrumento com prazo de vencimento.

No ano de 2013 o Bacen publicou a Resolução nº 4.193/2013 versando sobre as novas regras de cálculo de capital regulatório, implantando o conceito de Ativo Ponderado pelo Risco ("RWA", sigla em inglês). Estas regras substituíram as definições da Resolução nº 3.490/2007 onde o conceito de capital se baseava nas parcelas de risco e no Patrimônio de Referência Exigido (PRE).

27. Resultado por Ação

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Lucro Atribuível ao Controlador	16.543	(7.888)
Quantidade Média de Ações em Circulação		
Média Ponderada do Número de Ações Ordinárias	518.913	518.913
Média Ponderada do Número de Ações Preferenciais	18.913	18.913
Total	537.826	537.826
Lucro Atribuível ao Controlador para Ações Ordinárias	15.961	(7.610)
Lucro Atribuível ao Controlador para Ações Preferenciais	582	(278)
Lucro por Ação Básico - Reais		
Ações Ordinárias	0,03076	(0,01467)
Ações Preferenciais	0,03076	(0,01467)

28. Cessão de marca e domínio

O Banco Original com o objetivo de expandir a presença no setor de atividade em que atua, optou por utilizar a conceituada experiência na gestão de diversas marcas nacionais e internacionais da J&F Investimentos S.A., contando com equipe e consultoria global de profissionais especializados nas áreas de Inteligência e Marketing. Em 22 de dezembro de 2016, o Banco Original S.A. cedeu para a J&F Investimentos S.A. (Parte Relacionada) a titularidade e todos os direitos sobre a marca e nome dos domínios: www.original.com.br e www.bancooriginal.com.br. O Conglomerado continuará a explorar a marca e domínio mediante pagamento de *royalties* de 1% do resultado operacional para a J&F.

O preço de venda acordado foi de R\$ 422.000 apurado por especialistas externos e independentes, a ser pago em 36 parcelas nas seguintes condições contratuais: R\$ 11.730 foram recebidos no ato da venda; o saldo de R\$ 410.270 será recebido em 35 parcelas mensais de R\$ 11.720, acrescidos pela variação positiva do CDI a partir do ato da venda até a data do efetivo pagamento, os pagamentos de *royalties* não ocorreram em 2018. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 131.949 (31/12/2017 - R\$ 297.419), e os resultados reconhecidos decorrentes de atualização de CDI montam o valor de R\$ 16.276 (31/12/2017 - R\$ 35.298) contabilizados na rubrica Resultados operacionais.

Em maio de 2018 foram antecipadas cinco parcelas no valor de R\$ 65.295 e em abril os juros de todas as parcelas vincendas no valor de R\$ 11.307.

29. Venda de Ativo

a) O Banco promoveu a venda de R\$ 166.000 de ativos de crédito em junho de 2018, composto basicamente por Créditos Consignados e que já havia sido baixados para prejuízo (R\$ 143.818) e o restante era de carteira ativa, com garantias reais importantes, mas cuja execução é demorada e impacta diretamente o provisionamento para créditos de difícil liquidação. A venda foi feita a um dos acionistas e foi realizada pelo valor de contábil dos ativos.

b) O Banco Original vendeu em dezembro de 2018 o controle da Original Corporate Corretora de Seguros para seu acionista minoritário, a holding J&F Investimentos S.A. Como a J&F é grande pagadora de prêmios de seguros nas suas diversas atividades econômicas, fez sentido a centralização deste tipo de negócio. O Banco vai continuar usando dos serviços da corretora para incrementar os negócios com seus clientes pessoa física e jurídica, e poderá oferecer serviços mais diversificados tais como seguros de automóveis, de residências, de patrimônio, bem como de previdência privada, mediante uma plataforma aberta em parcerias com as grandes seguradoras do país.

Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)		31/12/2018		31/12/2017	
	Ações Ordinárias e Cotas	Participação Direta e Indireta	Participação Direta e Indireta	Participação Direta e Indireta	Participação Direta e Indireta	Participação Direta e Indireta
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	885.550	19,90%	19,90%	99,90%		
31/12/2018						
	Patrimônio Líquido	Valor Justo	Lucro Líquido/ (Prejuízo)	Valor dos Investimentos	Resultado da Equivalência Patrimonial	
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. ⁽¹⁾	1.046	223.000	(1.431)	44.377	42.738	
Total	1.046	223.000	(1.431)	44.377	42.738	

(1) Em 28 de dezembro de 2018 o Banco não tinha mais controle sobre a Original Corporate Corretora de Seguros Ltda em decorrência da venda de 80% de participação. O valor justo foi avaliado conforme laudo de valuation emitido por empresa externa.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

30. Reconciliação

a. Conciliação do Patrimônio Líquido e Lucro Líquido em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

	31/12/2018		01/01/2018		31/12/2017	
	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Ajuste PL IFRS9	Patrimônio Líquido	Prejuízo Líquido	Patrimônio Líquido
Saldos Lucro/(Prejuízos) Divulgados em BRGAAP	1.582	2.087.338	-	2.083.081	(10.737)	2.083.081
Ajustes que Afetam o Patrimônio Líquido e o Lucro Líquido	14.961	(1.460)	(32.498)	(17.276)	2.848	15.222
Perda por Redução do Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis (a)	(15.424)	(46.601)	(58.853)	(31.177)	5.180	27.676
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os Ajustes	6.170	18.640	26.484	14.030	-	-
Ajuste ao valor justo de participação remanescente (b)	44.169	44.169	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os Ajustes	(17.668)	(17.668)	-	-	(2.332)	(12.454)
Ajuste Reclassificação de Títulos	(1.270)	-	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os Ajustes	543	-	-	-	-	-
Ajuste de alteração de alíquota de Contribuição Social sobre os Ajustes	(1.559)	-	-	-	-	-
Ajuste remensuração de títulos	-	-	(245)	(245)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os Ajustes	-	-	116	116	-	-
Saldos/Lucro (Prejuízo) Líquido em IFRS	16.543	2.085.878	(32.498)	2.065.805	(7.889)	2.098.303

(a) Perda por Redução no Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis

O Banco adota como política contábil as normas brasileiras para perda por redução no valor recuperável de empréstimos e recebíveis, a análise das operações efetuadas pela Administração, a mensuração da redução no valor recuperável, caso a caso, e também a conjuntura econômica, histórico de perda e os riscos e benefícios globais das carteiras, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/2000 do Bacen. As classificações de risco de clientes ("ratings") são atribuídas por modelo de "credit score", sem a ocorrência de melhorias na classificação por parte do comitê de crédito.

A PCLD da carteira de crédito é maior no âmbito do IFRS9 que a processada no padrão BRGAAP em função da diferença de modelos e critérios onde são observados, por exemplo, provisionamento para limites disponíveis e não utilizados.

(b) Ajuste ao valor justo de participação remanescente

Refere-se ao ajuste ao valor justo do investimento retido na ex-controlada, o qual foi reconhecido diretamente no resultado no valor de R\$ 44.169. Na rubrica de investimento temos o saldo de equivalência referente a nossa participação na Original Corporate Corretora no valor de R\$ 208.

31. Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A.

Em junho de 2017, a J&F Investimentos S.A. ("J&F"), atual acionista indireta do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A. (em conjunto com o Banco Original S.A., "Conglomerado Original"), celebrou acordo de leniência com o MPF ("Acordo"), e o Conglomerado Original aderiu formalmente ao Acordo em 4 de outubro de 2017.

Em decorrência dos acontecimentos, a Administração do Conglomerado Original, em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou o escritório de advocacia Sampaio Ferraz Sociedade de Advogados que iniciou, com a Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. ("Assessores"), uma investigação interna relacionada aos fatos narrados no Acordo, visando a constatar eventuais repercussões desses fatos no Conglomerado Original.

Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente ("Comitê") para, entre outras atribuições, supervisionar a realização de investigação interna. Esse Comitê ratificou a contratação dos Assessores e passou a supervisionar, de forma independente, os trabalhos investigativos para verificar a observância das melhores práticas profissionais.

A investigação foi formalmente encerrada em 27 de fevereiro de 2018. Os Assessores concluíram a investigação e não foram identificadas evidências de que a Administração atual do Conglomerado Original ou seus atuais empregados que foram objeto de investigação realizaram qualquer prática ilícita vinculada a atividades de corrupção. As demais investigações realizadas em empresas sob controle da J&F, por força do Acordo, estão em curso e não foram concluídas. A conclusão dessas investigações poderá tratar de fatos pertinentes a qualquer das sociedades nas quais a J&F detém participação direta ou indireta.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco Original S.A tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria do Banco Original S.A. é um órgão composto por dois membros externos e independentes, e um diretor do Banco.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Banco, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração do Banco Original S.A, de modo que as solicitações de informações dos componentes do Colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração do Banco Original S.A é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Presidente e supervisionada pelo Comitê. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A Auditoria Interna provê os Acionistas, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Banco.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original S.A, e que foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

O Comitê reuniu-se 12 vezes durante todo o exercício e fez 69 reuniões com a empresa de auditoria independente, com o responsável pela auditoria interna, bem como com os gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 31.12.2018.

O Comitê de Auditoria não emitiu recomendações à Administração ao longo do exercício.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Banco.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do Banco Original S.A a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 27 de março de 2019

Comitê de Auditoria